



Relatório de Gestão e Contas 2022



Sobre ECV:

A Estradas de Cabo Verde, E. P.E, (doravante designada por ECV) é uma Empresa Pública Empresarial criada pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio, através da transformação do Instituto de Estradas (IE) e extinção do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O capital social da Empresa, por realizar, no montante de 65.000.000 CVE, foi subscrito na sua totalidade pelo Estado de Cabo Verde, que exerce os seus direitos como acionista através da Direção-Geral do Tesouro (DGT).

A ECV rege-se pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio de 2019, pelos seus estatutos publicados em anexo e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei nº 104/VIII/2016, de 6 de janeiro de 2016, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.

ÍNDICE

1.	EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO	9
1.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	9
1.2	MISSÃO, COMPETENCIAS E ATRIBUIÇÕES.....	9
2.	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL.....	11
2.1	CARATERIZAÇÃO DOS EFETIVOS	11
2.2	FORMAÇÃO	13
2.3	RECURSOS TECNOLÓGICOS.....	13
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS Á ECV, EPE.....	15
2.5	RECURSO PATRIMONIAIS	16
2.5.1	EDIFÍCIO E INSTALAÇÕES.....	16
2.5.2	VIATURAS	16
2.6	RECURSO FINANCEIROS	16
2.6.1	RECEITAS.....	16
2.6.2	DESPESA DE FUNCIONAMENTO	17
3.	ATIVIDADES REALIZADAS PELA UNIDADE TÉCNICA	18
3.1	INTERVENÇÕES NAS ESTRADAS NACIONAIS (EN)	18
3.2	MANUTENÇÃO CORRENTE	18
3.3	MELHORIAS	19
3.4	URGÊNCIAS.....	19
3.5	INTERVENÇÕES MUNICIPAIS.....	20
3.6	ESTRADAS EM EXECUÇÃO	22
3.7	ESTRADAS INAUGURADAS.....	22
3.7.1	ILHA DE SANTIAGO	22
3.7.2	ILHA DA BRAVA.....	27
3.8	ESTUDOS E CONCURSOS	28
3.9	EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO ANUAL DE MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA (PAMR)	29
4	RESTITUIÇÃO DA TSMR E OUTRAS DESPESAS RESIDUAIS	31
4.1	RESTITUIÇÃO DA TSMR	31
4.2	RESTITUIÇÃO DA TSMR POR ILHA	32
4.3	OUTRAS DESPESAS RESIDUAIS	33
5	ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA.....	35
5.1	GESTÃO DE RISCOS.....	35
5.2.1	RESULTADOS	35

5.2.2	VOLUME DE NEGÓCIOS.....	35
5.2.3	GASTOS OPERACIONAIS	35
5.2	OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS	37
5.3	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	37
6	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	38
7	ANEXOS	43

Figuras

Figura 1 - orgânica da ECV	9
Figura 2- Gráfico de Género na ECV	11
Figura 3 - Formação académica na ECV	12
Figura 4 - Receitas	17
Figura 5 - Manutenção Corrente	19
Figura 6 - Juncalinho – São Nicolau	20
Figura 7 - Ribeira Brava Tarrafal - São Nicolau	20
Figura 8 - Contratos programas por Ilha	21
Figura 9 - Estradas em Execução	22
Figura 10 - Construção e Asfaltagem da Estrada de Ribeira dos Picos	23
Figura 11 - Reabilitação e Asfaltagem da Estrada EN3-ST-06 Cidade Velha/Salineiro/Santana.	24
Figura 12 - Construção da Estrada Achada Igreja/Fazenda e Reabilitação e Asfaltagem do Troço Achada Carreira/Ponta Furna.....	25
Figura 13 - Construção da Estrada er-st-08 – Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda/Lagoa.....	26
Figura 14 - Construção e Asfaltagem da Estrada Aboboreiro/Boa Entradinha/Chão Formoso/Gilbispo	27
Figura 15 - Reabilitação da Estrada EN3-BR-02 – Vila Nova Sintra / Nossa Senhora do Monte e Intervenções Pontuais na Estrada EN3-BR-03 – Entroncamento EN3-BR-02 /Espradinha.....	28
Figura 16 - Execução Financeira PAMR	30
Figura 17 - PAMR.....	31
Figura 18 - Restituição TSMR	32
Figura 19 - TSMR por ilha	33
Figura 20 - Despesas Residual	34
Figura 21 - Gastos Operacionais.....	36
Figura 22 - Gasto operacionais.....	36
Figura 23 - FSE-2021.....	37

Tabelas

Tabela 1 - número de efetivos por Unidade Orgânica da ECV – 2022	11
Tabela 2 - Efetivos quanto ao tipo de vínculo	12

ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Presidente: Eng.º Eduardo Monteiro Lopes

Vogal Executivo: Eng.º António Martins Tavares

Vogal Executivo: Dr. Osvaldo Elzo Pina Monteiro dos Reis Borges

Fiscal Único:

Dr. Ildo Adalberto Lima, Despacho conjunto nº08/2020

COMUNICAÇÃO DO PCA

No desenvolvimento da economia, as infraestruturas têm cada vez mais relevância. Estradas com parâmetros satisfatórios e normais condições de circulação, com comodidade e segurança, reduzindo custo de transportes e conseqüentemente o preço final dos produtos, tornando-os mais acessíveis e mais competitivos.

Também permitem a especialização das atividades económicas de maior vocação em cada região, proporcionando ganhos quer em produtividade, quer em termos de qualidade para toda a economia. A redução do tempo de viagem entre as cidades e/ou aglomerados permite elevar os laços económicos e sociais, o que aumenta o universo de escolha dos consumidores e a concorrência entre as empresas.

Os investimentos em infraestruturas rodoviárias, nomeadamente nas estradas, têm impacto relevante na redução da pobreza e na melhoria da qualidade de vida da população de baixa renda.

Assim, a Estradas de Cabo Verde, Entidade Pública Empresarial (ECV) conservando a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais, que integram a sua esfera jurídica no momento da transformação, criada pelo Decreto Lei n.º 20/2019, de 13 de maio, tem vindo a garantir a gestão, a exploração e a conservação das infraestruturas rodoviárias e tem contribuído para que os investimentos públicos em estradas concretizem todo seu potencial benéfico à população, intervindo no seu papel de gestor e autoridade rodoviária, planeando e monitorizando investimentos.



A necessidade da modernização a rede rodoviária existente face ao crescente aumento do volume do tráfego verificado, resultou nesse incremento, que foi conseguido essencialmente através do financiamento dos parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde e do próprio Governo.

A ECV tem vindo a garantir a gestão das estradas nacionais sobretudo através dos contratos REMADOR (Reabilitação e Manutenção por Desempenho e Obrigações de Resultados) que contemplam 4 componentes, nomeadamente: trabalhos de reabilitação, serviços de manutenção corrente, trabalhos de melhorias e trabalhos de urgência e ainda através dos contratos SEMAC-EN (Serviços de Manutenção Corrente nas Estradas Nacionais), cuja duração é de 2 anos.

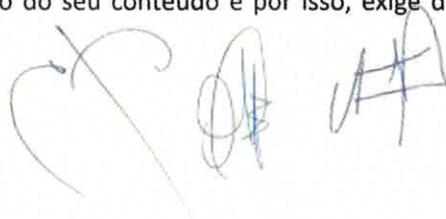
Na presente data, 1247,9 km de extensão de estradas nacionais compõem objeto dos contratos de manutenção corrente, o que representa uma taxa de cobertura de 91% da rede rodoviária nacional. Essa cobertura total em manutenção corrente contempla as estradas de todas as ilhas habitáveis do Arquipélago.

Embora considerando que as principais vias de Cabo Verde estejam consolidadas, a ECV tem, igualmente, por objetivo melhorar as acessibilidades no que diz respeito a algumas estradas de penetração com vista a desencravar localidades e permitir o desenvolvimento da economia local, com enfoque na agricultura, pesca, comércio, pecuária e turismo.

Considerando a preocupação em se estender a rede para áreas de baixa densidade, onde as receitas económicas são baixas, os custos de manutenção aumentaram. A taxa de manutenção rodoviária sobre o combustível, justificada na fórmula “utilizador /pagador”, no valor de 8\$00 por cada litro comprado, visa assegurar recursos adequados para a preservação da rede rodoviária. Porém, as receitas arrecadadas têm-se mostrado insuficientes para cobrir de forma satisfatória as despesas de manutenção de toda a malha rodoviária do país.

Os Estatutos das Estradas Nacionais (EEN), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 22/2008, de 30 de junho, e cuja alteração aos artigos 3.º e 18.º ocorreu através do Decreto-lei n.º 28/2017, de 5 de junho, constituem uma ferramenta de gestão e defesa das estradas nacionais. Esse instrumento define o domínio público rodoviário nacional, regulamenta o seu uso e confere à ECV amplos poderes de autoridade destinados à sua proteção, incluindo o privilégio da execução prévia.

A prática demonstra, todavia, que a sua aplicação de forma suficientemente abrangente e sistemática, impõe consensos sobre a aplicação do seu conteúdo e por isso, exige diálogo e



concertação permanente entre a ECV, os órgãos da administração central, as autarquias locais e os utentes.

Assim sendo, o Conselho de Administração da ECV, no cumprimento do disposto nos Estatutos da ECV, tem dado uma atenção particular à valorização do Património Rodoviário, com base na adoção de uma estratégia de intervenção para a construção e reabilitação das infraestruturas rodoviárias de forma sustentada, integrando a dimensão técnica, económica, social e ambiental, com elevados níveis de segurança e conforto.

É nosso desígnio através deste Relatório de Gestão e Contas 2022 dar a conhecer as realizações e os desafios da ECV – Estradas De Cabo Verde, EPE. Todavia, vale desde já afirmar que os desafios estão todos os dias na agenda, e exigem o concurso abnegados de todos, convido a prossecução dos mesmos.



1. EVOLUÇÃO DA INSTITUIÇÃO

1.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A atual estrutura orgânica da ECV comporta, além dos órgãos de decisão (Conselho de Administração, apoiado por um Gabinete), de consulta (Conselho Consultivo) e de fiscalização (Fiscal Único), duas Unidades Intermédias: uma Unidade Técnica e uma Unidade de Gestão de Recursos, como indicado no esquema abaixo:

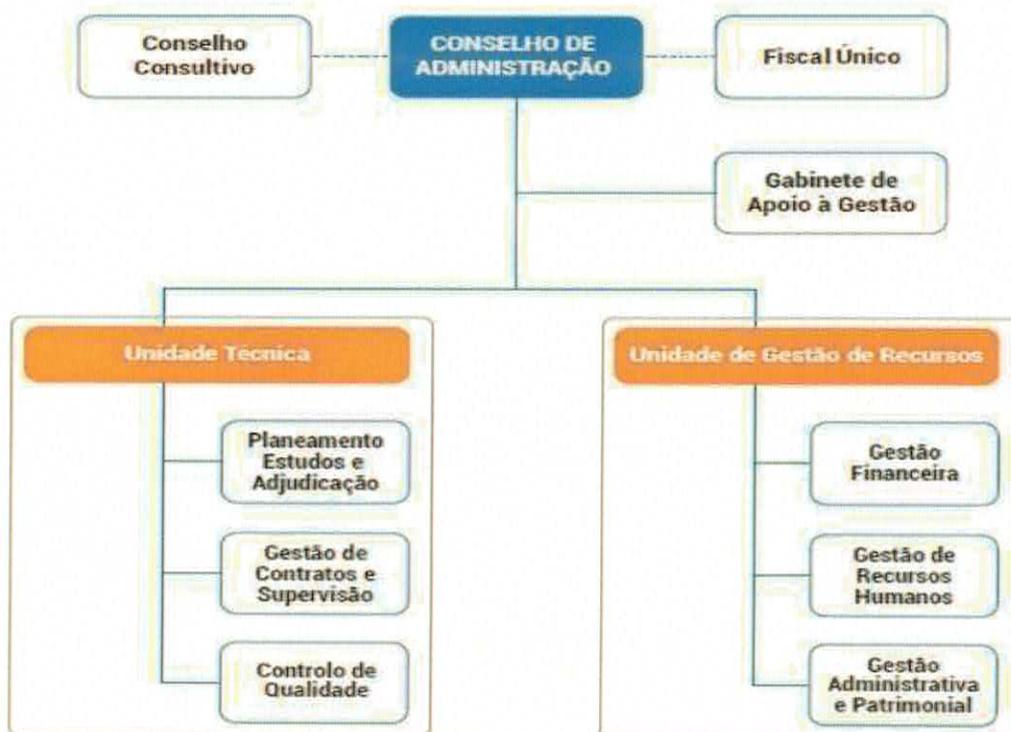


Figura 1 - orgânica da ECV

1.2 MISSÃO, COMPETENCIAS E ATRIBUIÇÕES

A Estradas de Cabo Verde tem como missão central a prestação do serviço público, em moldes empresariais, de planeamento, construção, manutenção, reabilitação, exploração, desenvolvimento e execução da política de infraestruturas rodoviárias definida no Plano Rodoviário Nacional. Conforme os seus Estatutos (publicados através do Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio), a ECV tem as seguintes competências e atribuições:

- Assegurar a conceção, a construção, a conservação e a exploração da rede rodoviária nacional e de todos os bens que integram o domínio rodoviário nacional;

Três assinaturas manuscritas em azul, localizadas na parte inferior direita da página.

- Aplicar, em articulação com todas as entidades interessadas, as normas regulamentares aplicáveis ao sector e os níveis de desempenho da rede rodoviária, assegurando a sua qualidade em termos de circulação, segurança, conforto e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais;
- Contribuir, no âmbito das suas competências, para a articulação entre a rede rodoviária e outros modos de transporte e promover o desenvolvimento do conhecimento e os estudos que contribuam, no âmbito das suas atribuições, para o progresso tecnológico e económico do setor rodoviário;
- Assegurar a fiscalização, o acompanhamento e a assistência técnica nas fases de execução de empreendimentos rodoviários e zelar pela sua qualidade técnica e económica, em toda as fases de execução;
- Promover a melhoria contínua das condições de circulação, com segurança e conforto para os utilizadores e salvaguarda de valores patrimoniais e ambientais, e assegurar a proteção das infraestruturas rodoviárias e a sua funcionalidade, nomeadamente no que se refere à ocupação das zonas envolventes;
- Manter atualizado o registo e o diagnóstico do estado de conservação do património rodoviário nacional;
- Promover a comunicação e o apoio ao utente, na perspetiva de satisfação do serviço público rodoviário nacional;
- Assegurar a participação e colaboração com outras instituições nacionais e internacionais no âmbito das suas competências;
- Promover a expropriação dos imóveis e direitos indispensáveis à conservação e exploração da rede rodoviária.



2. FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL

A contribuição dos Colaboradores é fundamental para o desempenho e para a prossecução da estratégia definida pela ECV. A estratégia de Recursos Humanos consiste em maximizar o potencial dos nossos colaboradores, aumentando assim a capacidade organizacional, criando condições necessárias e favoráveis a um bom ambiente de trabalho promotor de desenvolvimento de competências, ao mesmo tempo potenciar a prestação de um serviço de qualidade aos utentes das vias rodoviárias e auxiliando no próprio desenvolvimento do País.

2.1 CARATERIZAÇÃO DOS EFETIVOS

Ao final do ano de 2022, a ECV contava com 21 efetivos a cargo da empresa, incluindo 2 colaboradores em situação de licença sem vencimento e 1 colaborador em requisição na Infraestruturas de Cabo Verde (ICV).

Unidade Orgânica	Nº de efetivos
Conselho de Administração	3
Gabinete de Apoio à Gestão	2
Unidade Técnica	9
Unidade de Gestão de Recursos	7
Total de efetivos em 31 de dezembro de 2022	21

Tabela 1 - número de efetivos por Unidade Orgânica da ECV – 2022

Quanto ao Género, 13 são do sexo masculino e 8 do sexo feminino. Assim, os homens correspondiam a 62 % e as mulheres representavam 38 % do total dos colaboradores no ativo.

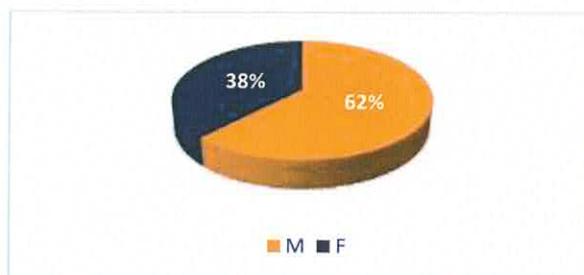


Figura 2- Gráfico de Género na ECV

Três assinaturas manuscritas em azul, escritas de forma cursiva e entrelaçada, localizadas na parte inferior direita da página.

Do total de colaboradores, 20 são quadros efetivos da ECV, correspondendo a 95% dos colaboradores, sendo que 1 colaborador se encontra em regime de contrato de trabalho, perfazendo 5% do total de colaboradores.

RH	M	F	Total	%
Efetivo	12	8	20	95%
Contrato	1	0	1	5%
Total	13	8	21	100%

Tabela 2 - Efetivos quanto ao tipo de vínculo

Face à atividade desenvolvida, que obriga a um elevado nível de conhecimentos e competências, a maioria dos nossos colaboradores tem formação académica de nível superior. No final de 2022, cerca de 71% da estrutura total de colaboradores da ECV era constituída por quadros superiores.

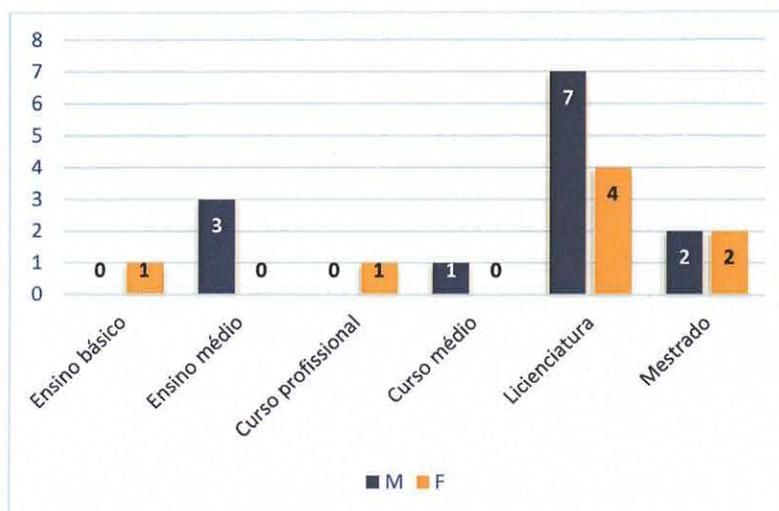


Figura 3 - Formação académica na ECV

A ECV entende que a capacitação técnica e/ou comportamental é imprescindível para o desenvolvimento dos colaboradores, pois proporciona a aquisição de conhecimentos e novas competências fundamentais para o incremento do desempenho dos colaboradores, das equipas e da instituição como um todo.

Assim, a formação profissional é um elemento indispensável ao desenvolvimento das empresas e assume um papel crucial no cumprimento dos objetivos estratégicos da Estradas de Cabo Verde, Entidade Pública Empresarial (ECV-EPE).

2.2 FORMAÇÃO

A Formação inclui uma série de ações que visam melhorar a competência dos colaboradores, contribuir para o desenvolvimento do potencial humano face às necessidades do mercado, através da preparação e qualificação dos profissionais para a prestação de serviços com uma qualidade técnica de excelência, que permitirá à empresa criar as condições para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos utentes das estradas e auxiliar no cumprimento dos objetivos.

Assim, com vista ao alinhamento empresarial e no cumprimento dos objetivos preconizados, foram realizados ao longo de 2022, um total de três (3) ações de formação, contabilizando uma taxa de participação de 51% dos colaboradores e 85 horas:

- Formação em **“Infraestruturas Rodoviárias e Controle da Qualidade dos Materiais”** com 27h de carga horária;
- Formação em **“Introdução à Contratação Pública”** com 30h de carga horária;
- Formação em **“Inspeção de Infraestruturas Rodoviárias”** com 28h de carga horária;

2.3 RECURSOS TECNOLÓGICOS

A tecnologia deixou de ser um luxo ou privilégio. O seu uso tornou-se um elemento fundamental nas esferas pessoal e empresarial. O sector das novas tecnologias de informação e comunicação tem assumido um papel fundamental em determinadas vertentes tornando-se em alguns casos uma ferramenta essencial para materializar os objetivos.

Num mundo tão ativo e globalizado, as empresas devem ser rápidas e eficientes com todos os seus recursos. Neste sentido, a tecnologia chegou para solucionar os problemas e eliminar as barreiras das organizações através de sistemas inovadores e adaptáveis às necessidades de cada um.

A ECV, E.P.E por sua vez não ficou para trás. Antes contava com um serviço de informática terceirizado, mas a partir de 2020 passou a contar com um Técnico de Sistema de Informação (GSI) que veio assegurar a acessibilidade e disponibilidade de todos os recursos e serviços informáticos. Com a evolução dos projetos, sentiu-se a necessidade de ter mais pessoas e, consequentemente, em 2022 fez-se a contratação de um estagiário para a área informática.

Durante o ano 2022, foram elencadas inúmeras atividades a serem desenvolvidas no domínio das TICs e que, alinhadas com o plano traçado, permitiram que a ECV, E.P.E, hoje esteja em um nível bem mais avançado. Assim, podemos destacar os seguintes investimentos efetuados:



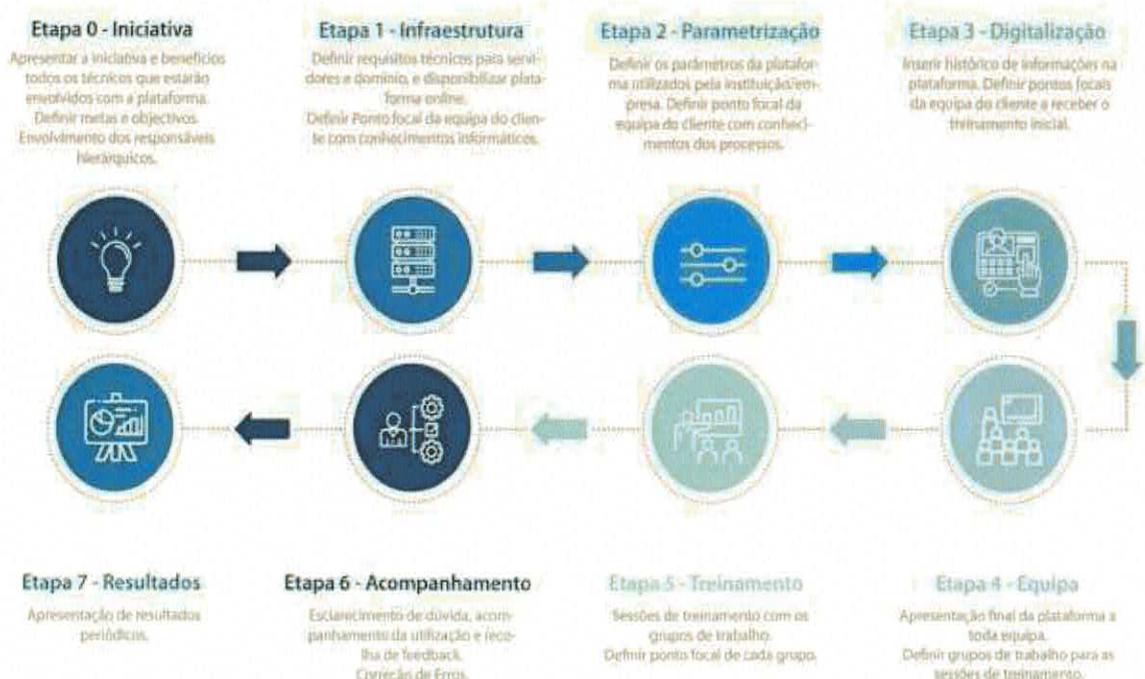
1.1. Aquisição de Equipamentos

- Foram adquiridos 20 computadores (Desktops e portáteis), monitores, impressoras multifunções, entre outros equipamentos para a renovação do parque informático;
- Foi adquirido um novo equipamento para assegurar os backups dos servidores, com mais capacidade e segurança;
- Adicionalmente, foram feitos investimentos na melhoria da mini data center;

1.2. Implementação do Sistema de Gestão Documental

Com a implementação do Manual de Procedimento a ECV, EPE passou a ter um conjunto de processos associados às diversas áreas existentes como Unidade Gestão de Recursos (UGR), Unidade Técnica (UT), Gabinete de Apoio a Gestão (GAG) e Conselho Administração (CA). Consequentemente, torna-se necessário investir na automação dos processos por meio de uma plataforma de gestão documental para garantir a padronização e organização dos procedimentos internos e melhorar a produtividade dos colaboradores.

Neste sentido, em 2022 deu-se início ao desenvolvimento da plataforma de Gestão Integrado de Processo (GIP), que teve sete etapas, conforme apresentada abaixo.



Durante a execução dessas tarefas foram contratados três técnicos com perfil adequado para darem suporte na digitalização de todos os documentos relacionados (faturas e contratos) a serem colocados na plataforma. Foram um total de 91 contratos de Empreitadas e cerca de 2.000 faturas.

Hoje a plataforma já se encontra online em produção e em constante upgrade.

1.3. Implementação do Sistema de Controlo de Assiduidade

Em 2022, foi retomado a implementação do projeto de controlo de assiduidade, onde foram feitos investimentos em novos equipamentos, licenças e formações. À presente data, o sistema de controlo de assiduidade encontra-se em pleno funcionamento.

1.4. Implementação do Modulo de RH

Com a contratação de um novo colaborador para a área dos Recursos Humanos fez-se um investimento (aquisição de licença e formação) no módulo de RH do sistema Primavera.

2.4 SERVIÇOS PRESTADOS À ECV, EPE

Em face às necessidades do desenvolvimento das atividades da ECV, no ano de 2022 foi dado seguimento a alguns serviços contratualizados, nomeadamente com a AYS – Auditores e Consultores, Sociedade de Auditores certificados, LDA, prestadora de serviços de contabilidade e também com a IDEA, LDA, para a prestação de serviços de gestão das plataformas Web e assegurar a normalidade e continuidade dos serviços de alojamento, manutenção e suporte técnico à melhoria continua das funcionalidades e gestão dos conteúdos multimédia.

Para a elaboração de instrumentos de Gestão dos Recursos Humanos, foi contratualizado o serviço de 1 técnico. Para a implementação da Plataforma de Gestão Integradas de Processos (GIP), referido acima, foi contratado serviços com recursos a técnicos externos.

Os serviços de coberturas fotográficas e videos em inaugurações de obras foram assegurados pela W7 – Eventos.

No âmbito da avaliação institucional, foram contratualizados os serviços do Sr. Yuri Queita.

O serviço de patrocínio juridico foi assegurado pelo Dr. Martinho Landim.

Quanto ao serviço de assistência e consultoria jurídica, ao nível de ações judiciais, elaboração de pareceres e recomendações, assistência técnica, instruções de processos disciplinares,



elaboração de instruções e ordens de serviços e outros serviços jurídicos, os mesmos foram garantidos pontualmente pelo o Escritório EEK – Sociedade de Advogados, R. L.

2.5 RECURSO PATRIMONIAIS

2.5.1 EDIFÍCIO E INSTALAÇÕES

Durante o ano de 2022 a ECV continuou a operar no Prédio da Ordem dos Engenheiros, sito no 2º piso direito e 4º piso direito e esquerdo, localizado na avenida Santiago nº28, Palmarejo, cidade da Praia – Cabo Verde. De realçar que, com a extinção do FAMR e a transformação de IE em ECV, as atuais instalações não satisfazem adequadamente o que são as necessidades físicas de acomodação e a boa prestação dos serviços administrativos e operacionais da ECV.

2.5.2 VIATURAS

A ECV dispõe de uma frota constituída por 3 viaturas operacionais, sendo a 1ª adquirida em 2006 pelo Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária e afetada à Instituição em 2017, a 2ª disponibilizada pela DGPOG do MIOTH em 2020 e a 3ª disponibilizada pelo LEC, E.P.E., em 2021. A referida frota tem servido à ECV na sua atividade de gestão e fiscalização das estradas nacionais na ilha de Santiago, bem como no apoio à administração e materialização do programa PRRA. Considerando a atividade da empresa que é a gestão e manutenção de estradas nacionais do país, torna-se evidente e urgente a necessidade de dispor de uma frota de viaturas em bom estado de conservação para poder fazer deslocar os seus técnicos aos vários pontos da Ilha de Santiago e com isso dar respostas as solicitações e demandas no âmbito rodoviário.

2.6 RECURSO FINANCEIROS

Com base no Estatuto da ECV, EPE, no capítulo V, Regime Financeiro e Patrimonial e da Tutela, o artigo 22º, define as receitas previstas em termos financeiros. A ECV, EPE desde a sua criação tem cobrado apenas as receitas (i) da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR) que corresponde a 8\$00/litro de combustível comercializado nas petrolíferas, (ii) das vendas de Dossiê de Concurso Público e (iii) da Taxa de Ocupação de Subsolos.

2.6.1 RECEITAS

A maior fonte de receitas da ECV, EPE tem sido a TSMR, correspondente a cerca de 87% do total das receitas entradas nos cofres da ECV, no montante total de 598.943.256 CVE. O gráfico abaixo demonstra a evolução das entradas da TSMR ao longo dos cinco anos.



Receitas

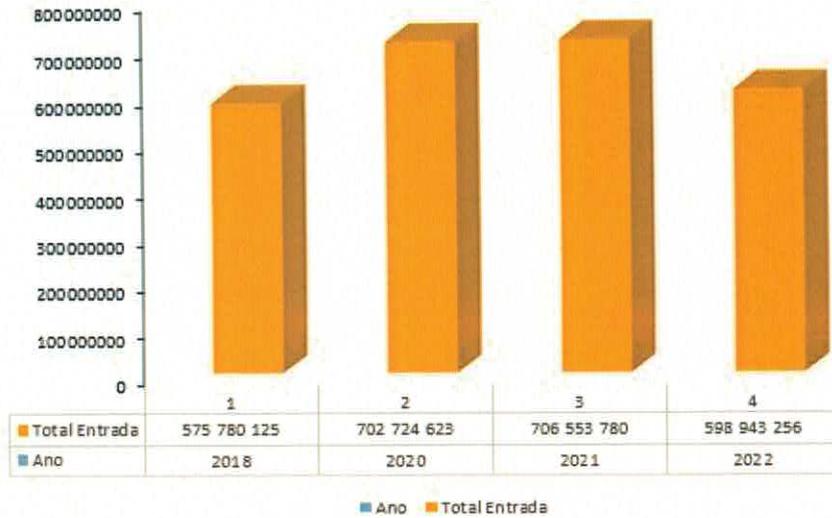


Figura 4 - Receitas

2.6.2 DESPESA DE FUNCIONAMENTO

Durante o ano em apreço os custos de Funcionamento tiveram um aumento de 7%, comparativamente ao ano anterior, isso devido às outras despesas, nomeadamente aquisições de equipamentos informáticos. Ao que se refere aos custos com pessoal houve uma diminuição de certa de 0.2%, devido à concessão de licença sem vencimento a um colaborador. Ao nível de aquisições de bens e serviços houve um aumento de 14% motivado pela aquisição de serviços de implementação da Plataforma de Gestão Integradas de Processos (GIP), de Consultoria e/ou Elaboração de Instrumentos e Ferramentas de Gestão de Recursos Humanos (GRH) e de Advocacia e Consultoria Jurídica.

3. ATIVIDADES REALIZADAS PELA UNIDADE TÉCNICA

3.1 INTERVENÇÕES NAS ESTRADAS NACIONAIS (EN)

Durante o ano de 2022 a ECV trabalhou com os seguintes contratos para as intervenções em Estradas Nacionais:

- Reabilitação e Manutenção por Desempenho e Obrigação de Resultados (REMADOR) nas ilhas de Santo Antão, Santiago (Lote 2,3,4 e 5) e ilha do Fogo.
- Serviços de Manutenção Corrente em EN (SEMAC-EN) nas ilhas de Santo Antão (com início no final do ano de 2022), São Vicente, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio, Santiago (Lote 1), Fogo (com início no final do ano) e Brava;

A ECV teve como parceiros o Banco Mundial, através dos Contratos REMADOR, e Infraestruturas de Cabo Verde (ICV), através do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidade (PRRA). No entanto, no que concerne às intervenções rodoviárias a ECV presta os seguintes serviços: Serviços de Manutenção Corrente; Serviços de Melhorias/Manutenção periódica; Serviços de urgências e Intervenções às Estradas Municipais/Rurais. Contudo, foram realizadas, igualmente, serviços de construções e reabilitações de estradas.

3.2 MANUTENÇÃO CORRENTE

Durante o ano de 2022, as Estradas Nacionais (EN), em todas as ilhas, estiveram cobertas pelos Serviços de Manutenção Corrente, somando uma extensão de 1.138,722 km de estradas, representando 91% dos 1.255,440 km da Rede Rodoviária Nacional. Os Serviços de Manutenção Corrente e Periódica consistem em pequenas reparações nos ativos da EN: reparações de covas ou depressões, reparação de fendas, desmatização, limpeza e pequenas reparações dos órgãos de drenagem, reposição de calçadas, reposição de equipamentos de sinalização e segurança rodoviária, etc.





Figura 5 - Manutenção Corrente

3.3 MELHORIAS

Relativamente aos serviços de Melhorias, durante o ano de 2022 foram realizadas (i) intervenções de melhorias, no âmbito dos contratos REMADOR e SEMAC-EN, ainda vigentes, e (ii) sinalizações horizontais (nas ilhas de Sal e Santiago). Este tipo de intervenção ocorreu, essencialmente, nas Estradas Nacionais das ilhas “montanhosas” de Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo, e das ilhas “planas” de São Vicente e Sal.

3.4 URGÊNCIAS

Durante o ano de 2022, as intervenções rodoviárias enquadradas nos serviços de urgências, abrangendo os dois tipos de contratos em vigor, foram executadas nas ilhas de Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Boa Vista e Santiago.



Figura 6 - Juncalinho – São Nicolau



Figura 7 - Ribeira Brava Tarrafal - São Nicolau

3.5 INTERVENÇÕES MUNICIPAIS

Para além das intervenções nas EN, a ECV em 2022 financiou algumas intervenções rodoviárias municipais, celebrando contratos com as Câmaras Municipais, em função da disponibilidade orçamental e financeira da ECV. O quadro a seguir mostra as ilhas e/ou Municípios

contemplados com contrato-programa, permitindo assim intervenções em Estradas Municipais (EM). De frisar que, apesar do contratos-programa com o Município de São Filipe ter sido celebrado em 2022, o respetivo montante foi transferido apenas em 2023.

ILHA	TIPO DE SERVIÇO	Ano 2022
SANTO ANTÃO	Intervenções Municipais	7 000 000
Porto Novo		4 000 000
Ribeira Grande		3 000 000
SÃO NICOLAU	Intervenções Municipais	7 000 000
Ribeira Brava		4 000 000
Tarafal		3 000 000
SAL	Intervenções Municipais	3 000 000
Sal		3 000 000
SANTIAGO	Intervenções Municipais	21 000 000
São Lourenço dos Órgãos		2 000 000
Santa Catarina		9 000 000
Santa Cruz		6 000 000
São Miguel		4 000 000
FOGO	Intervenções Municipais	6 000 000
Mosteiros		2 000 000
Santa Catarina		4 000 000
BRAVA	Intervenções Municipais	2 000 000
Brava		2 000 000
MONTANTE GLOBAL		46 000 000

Figura 8 - Contratos programas por Ilha

3.6 ESTRADAS EM EXECUÇÃO

No ano de 2022, a ECV teve em curso várias obras rodoviárias nas componentes de construção e reabilitação, em diversas ilhas. Segue abaixo a tabela demonstrando as estradas em execução e a sua extensão.

Ilhas	Localidade	Estradas	Extensão
Santo Antão	Ribeira da Cruz	Estrada Nacional ER-SA-02 Ribeira da Cruz - Chã de Branquinho	4.3 Km
	Lagoa	Estrada Nacional EN3-SA-08, Espongeiro – Lagoa	10 Km
	Chã de Igreja	Estrada EN3-SA-06 Chã de Igreja – Cruzinha	4.2 Km
São Nicolau	Ribeira Prata	Estrada Nacional Ribeira Prata- Fragata	2.5 km
Santiago	Tarrafal	Estradas ZDTI do Alto Mira- Tarrafal	440 m
	Praia Baixo	Estrada Nacional EN3-ST-14, Nazaré-Praia Baixo	8 Km
	São Lourenço do Órgãos	Estrada Municipal EM-SLO-20 Entroncamento EM-SLO-09 Cutelo Fundura	8.5 Km
Fogo	Piorno	Estrada Campanas de Cima – Piorno	26 Km

Figura 9 - Estradas em Execução

3.7 ESTRADAS INAUGURADAS

Durante o ano de 2022 foram concluídas/inauguradas as seguintes obras rodoviárias:

3.7.1 ILHA DE SANTIAGO

- **Construção e Asfaltagem da Estrada de Ribeira dos Picos**

A Construção e Asfaltagem da Estrada de Ribeira dos Picos, no Concelho de Santa Cruz, Ilha de Santiago, insere-se no quadro do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Cabo Verde com vista impactar positivamente na qualidade de vida das pessoas. O Objetivo do Projeto visou o desenrramento de localidades ao longo daquela que é a ribeira mais produtiva do país, permitindo imprimir maior desenvolvimento da economia local, nomeadamente ao nível da agricultura, pecuária, comércio e turismo, possibilitando que durante todo o ano seja possível escoar os produtos produzidos. A via melhorará substancialmente as condições de tráfego e acessibilidade, com vantagens de tempo e de conforto para os utentes. A estrada tem uma extensão de 7km, largura de 6m, sinalização horizontal e vertical, revestimento em betão betuminoso e 5 pontes (sendo, 2 pedonais).



Figura 10 - Construção e Asfaltagem da Estrada de Ribeira dos Picos

- **Reabilitação e Asfaltagem da Estrada EN3-ST-06 Cidade Velha/Salineiro/Santana**

A Reabilitação e Asfaltagem da ESTRADA EN3-ST-06 CIDADE VELHA – SALINEIRO- SANTANA, no concelho de Ribeira Grande de Santiago, insere-se no quadro do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Cabo Verde com vista impactar positivamente na qualidade de vida das pessoas. O objetivo do projeto é permitir o desencravamento de localidade e propiciar o desenvolvimento da economia local, nomeadamente, ao nível da agricultura, pecuária, comércio e turismo. Ainda melhorará as condições de tráfego e acessibilidade na região. A estrada tem uma extensão de 12km, uma largura de 6m, com drenagem transversal e longitudinal.

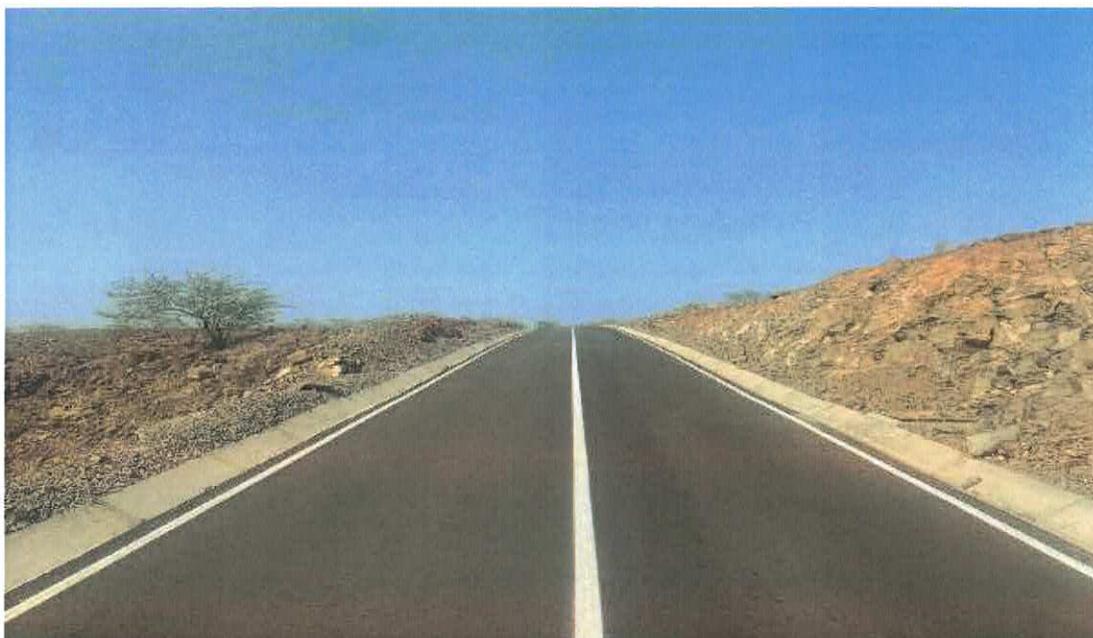


Figura 11 - Reabilitação e Asfaltagem da Estrada EN3-ST-06 Cidade Velha/Salineiro/Santana

- **Construção da Estrada Achada Igreja/Fazenda e Reabilitação e Asfaltagem do Troço Achada Carreira/Ponta Furna**

A Construção da Estrada Achada Igreja/ Fazenda e Reabilitação e Asfaltagem do Troço Achada Carreira/ Ponta Furna, no concelho do Tarrafal Ilha de Santiago, insere-se no quadro do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Cabo Verde com vista impactar positivamente na qualidade de vida das pessoas. O Objetivo do Projeto visa o desencravamento de localidades, desenvolvimento de economia local, nomeadamente ao nível da agricultura, pecuária, pesca, comércio e turismo. Ainda propiciará as melhores condições de tráfego e acessibilidade na região. A estrada tem uma extensão de 9km, largura de 5m, com drenagem transversal e longitudinal.



Figura 12 - Construção da Estrada Achada Igreja/Fazenda e Reabilitação e Asfaltagem do Troço Achada Carreira/Ponta Furna

- **Construção da Estrada EN-ST-08 – Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda/Lagoa**

A Construção da Estrada EN-ST-08 Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda/Lagoa no Concelho de Santa Catarina - Ilha de Santiago, insere-se no quadro do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Cabo Verde com vista impactar positivamente na qualidade de vida das pessoas. O Objetivo do Projeto visa o desencravamento de localidades, desenvolvimento de economia local, nomeadamente ao nível da agricultura, pecuária, comércio e turismo. Ainda melhorará condições de tráfego e acessibilidade na região. A estrada tem uma extensão de 12km, largura de 5m, com drenagem transversal e longitudinal.

[Handwritten signatures]

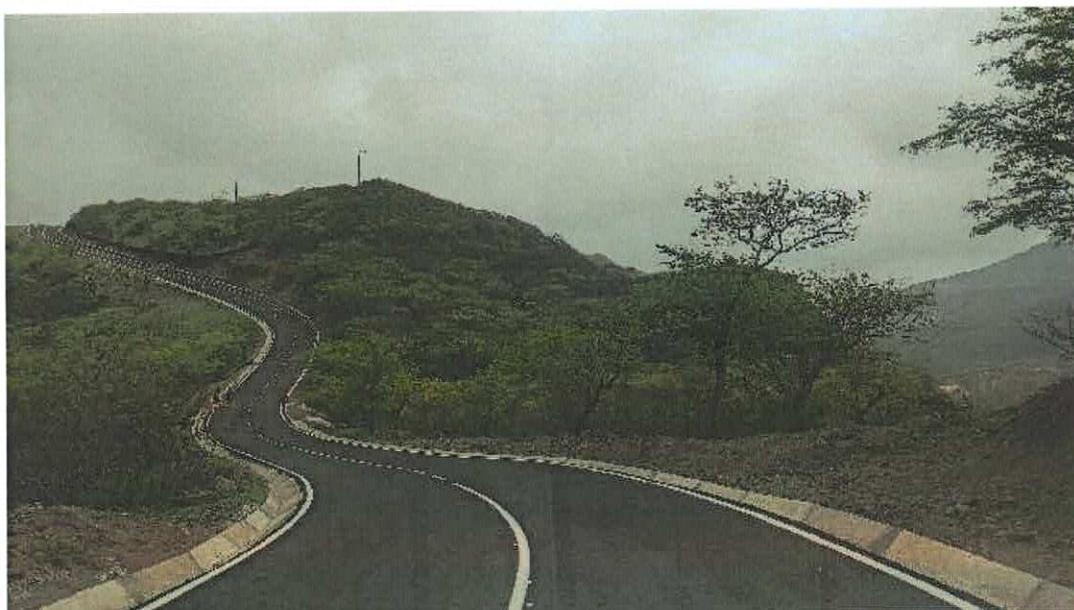


Figura 13 - Construção da Estrada er-st-08 – Chã de Tanque/Palha Carga/Entre Picos de Reda/Lagoa

- **Construção e Asfaltagem da Estrada Aboboreiro/Boa Entradinha/Chão Formoso/Gilbispo**

A Construção e Asfaltagem da Estrada Aboboreiro/Boa Entradinha/Chão Formoso/Gilbispo, nos Concelhos de Santa Catarina e São Salvador do Mundo - Ilha de Santiago insere-se no quadro do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Cabo Verde com vista impactar positivamente na qualidade de vida das pessoas. O projeto visa o desencravamento de localidades, melhores condições de tráfego e acessibilidade, desenvolvimento de economia local, nomeadamente ao nível da agricultura, pecuária, comércio e turismo. A estrada tem uma extensão de 14km, largura de 5m, com drenagem transversal e longitudinal.



Figura 14 - Construção e Asfaltagem da Estrada Aboboreiro/Boa Entradinha/Chão Formoso/Gilbispo

3.7.2 ILHA DA BRAVA

- **Reabilitação da Estrada EN3-BR-02 – Vila Nova Sintra / Nossa Senhora do Monte e Intervenções Pontuais na Estrada EN3-BR-03 – Entroncamento EN3-BR-02 /Espradinha**

A Reabilitação da Estrada EN3-BR-02–Vila Nova Sintra/Nossa Senhora do Monte e Intervenções Pontuais na Estrada EN3-BR-03 – Entroncamento EN3-BR-02/Espradinha – Ilha da Brava, insere-se no quadro do Programa de Investimentos Públicos do Governo de Cabo Verde com vista impactar positivamente na qualidade de vida das pessoas. O Objetivo do Projeto visa o desencravamento de localidades, desenvolvimento de economia local, nomeadamente ao nível da pesca, agricultura, pecuária, comércio e turismo, com melhorias de condições de tráfego e acessibilidade na região. A estrada tem uma extensão de 5,25km, largura de 5m, com drenagem transversal e longitudinal,

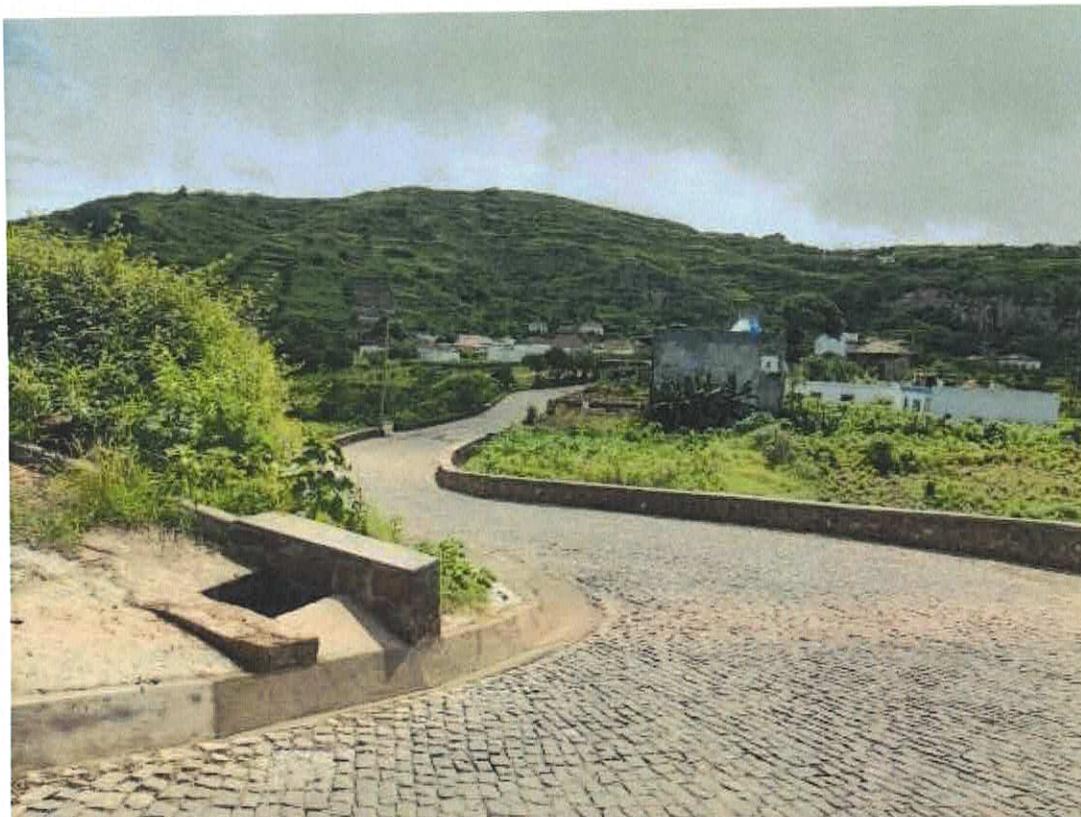


Figura 15 - Reabilitação da Estrada EN3-BR-02 – Vila Nova Sintra / Nossa Senhora do Monte e Intervenções Pontuais na Estrada EN3-BR-03 – Entroncamento EN3-BR-02 /Espradinha

3.8 ESTUDOS E CONCURSOS

Em 2022, a ECV realizou os seguintes Estudos relacionadas com intervenções rodoviárias:

- Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Económico e ambiental para a ligação de Preguiça (Ribeira Brava) a Tarrafal, via litoral – Ilha de S. Nicolau;
- Elaboração do projeto da Estrada que liga, Trindade-Achada Mitra com qual se pretende melhorar a ligação entre o município da Praia e de S. Domingos -Ilha de Santiago;
- Elaboração do anteprojecto de requalificação da estrada que liga localidade de Pinha, Água de Gato e Caiada, no Conselho de S. Domingos com o qual se pretende melhorar a ligação rodoviária, para permitir maior mobilidade interna e circulação com mais eficiência para a população residente e não só -Ilha de Santiago;
- Elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica, Económico e Ambiental para a Construção da Estrada Bota Rama –Salineiro (anel de Cidade Velha) –Ilha de Santiago;

- Elaboração do Projeto de Execução para a Reabilitação e Melhoria das Estradas Nacionais de Espargos - Santa Maria e Avenida dos Hotéis - Rotunda Santa Maria-Ponta do Sinó, Ilha do Sal;
- Concurso para Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais- (SEMAC-EN), as obras nas Ilhas de S. Antão, Fogo, Boa Vista e Sal;

3.9 EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PLANO ANUAL DE MANUTENÇÃO RODOVIÁRIA (PAMR)

A ECV, EPE através do Programa Anual de Manutenção Rodoviária (PAMR), aprovado anualmente pelo Conselho de Administração, de acordo com a exigência legal da TSMR. Com o aumento considerado das receitas da TSMR, protagonizada nos anos anterior, houve um aumento das redes rodoviárias, isto é, várias novas estradas foram construídas e também muitas estradas nacionais já ultrapassaram o seu período de vida útil e isto requer normalmente intervenções estruturantes. O gráfico abaixo evidencia um aumento aproximadamente de 35% comparativamente de 2018-2021, no entanto pode se também verificar uma diminuição significativa de cerca de 22% em comparação ao ano homólogo, isso se deve ao fato da diminuição de cerca de 15% das receitas, tem em conta o fato de que devido à subida dos preços dos combustíveis a nível mundial, o Governo isentou a TSMR no mês de julho do referido ano. Importa referir que em 2022 foram empregues 545.885.633 CVE nas intervenções rodoviárias, nomeadamente em Manutenção Corrente, Manutenção Periódica, Urgências e Intervenções Municipais (via Contratos-Programa).



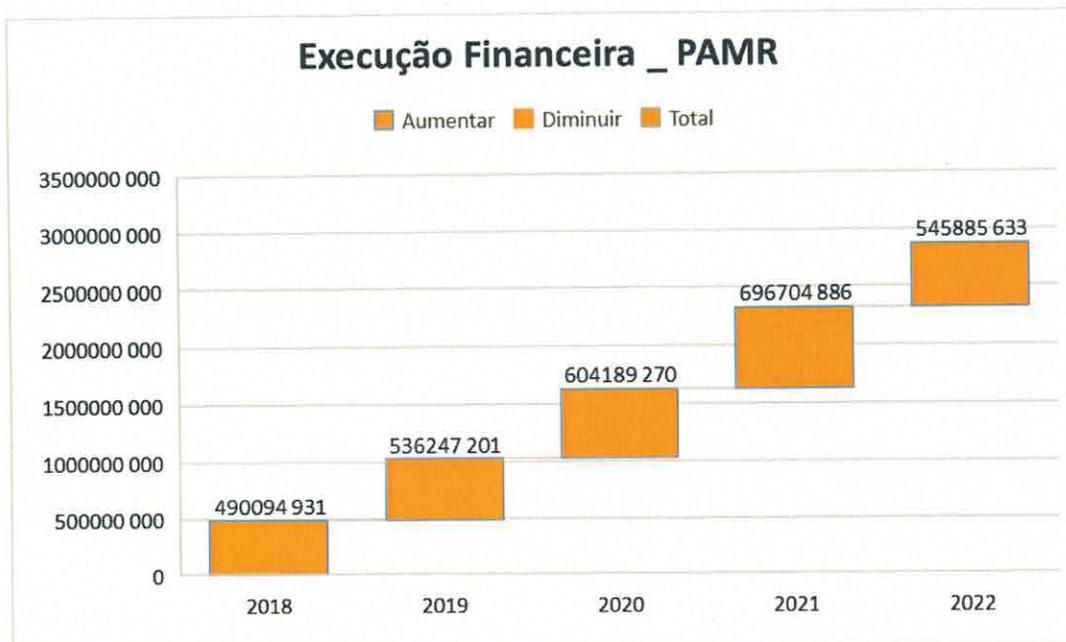


Figura 16 - Execução Financeira PAMR

Como se pode verificar na tabela abaixo, do total executado 36% corresponde a Serviços/Obras de Manutenção Periódica/Melhorias sendo que a ilha de Santiago foi a mais beneficiada em termos financeiros. De seguida, a tabela evidencia que do total executado 35% corresponde a Serviços/obras de Manutenção corrente e a ilha de Santo Antão foi a mais beneficiada. As Estradas Nacionais (EN) estão cobertas com os contratos de REMADOR (Reabilitação e Manutenção com Base no Desempenho e por Obrigação de Resultados) e SEMAC (Serviços de Manutenção Corrente em Estradas Nacionais) em todo território Nacional. Em relação às Intervenções Municipais, executadas via Contratos-Programa com as Câmaras Municipais, foi financiado um total de 46.000.000 CVE que corresponde a 8% do total executado. As Câmaras beneficiadas por esta via, foram Porto Novo, Ribeira Grande, Ribeira Brava e Terrafal de S. Nicolau, Sal, São Lourenço dos Órgãos, Santa Catarina, São Miguel, Mosteiros, Santa Catarina do Fogo e Brava. Os restantes 6% do total do valor executado foram empregues em Estudos e Assistência Técnica, dando a continuidade de financiamento das fiscalizações das obras das

PARTE	A1	A2	A3	D	E	-	-
Intervenção Rodoviária	Obras e serviços de manutenção	Manutenção periódica	Estudo e assistência técnica/fiscalização	Trabalhos de urgências	Intervenções Municipais	Total	Part. (%)
Santiago (Lote 01 e 02)	46 922 434	74 943 297			21 000 000	142 865 731	26%
Fogo	38 504 273	49 096 496			6 000 000	93 600 769	17%
Santo Antão	57 977 936	14 703 369			7 000 000	79 681 305	15%
São Nicolau	11 677 441	36 069 646			7 000 000	54 747 087	10%
Maio	4 438 434	0				4 438 434	1%
São Vicente	12 083 578	2815316			0	14 898 894	3%
Boa Vista	8 925 497	0			0	8 925 497	2%
Sal	6 546 449	17 250 639			3 000 000	26 797 088	5%
Brava	2 275 512	0			2 000 000	4 275 512	1%
Diversas Ilhas			32 448 027	83 207 289		115 655 316	21%
Total	189 351 554	194 878 763	32 448 027	83 207 289	46 000 000	545 885 633	100%
Part. (%)	35%	36%	6%	15%	8%	100%	-

Figura 17 - PAMR

Estradas financiadas através do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA).

4 RESTITUIÇÃO DA TSMR E OUTRAS DESPESAS RESIDUAIS

4.1 RESTITUIÇÃO DA TSMR

O Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, ao estabelecer a taxa devida pela prestação do serviço público de conservação e manutenção de estradas (TSMR), também estabelece por via do Artigo 15º, que aquele que provar ter adquirido combustível que não se destine à circulação rodoviária e em cujo preço esteja incluído a taxa, tem direito à restituição do respetivo valor.

O Gráfico apresentado abaixo, mostra para o período 2018-2022, os montantes totais restituídos aos operadores passivos à circulação rodoviária aquando da compra do combustível nos postos de venda das petrolíferas VIVO ENERGY e ENACOL. O aumento das devoluções de

TSMR ocorrido em 2022 deve-se, essencialmente, ao aumento de inscritos na plataforma Gestão da Restituição da TSMR (GRT).



Figura 18 - Restituição TSMR

4.2 RESTITUIÇÃO DA TSMR POR ILHA

De acordo com o Gráfico, apresentado abaixo, em 2022 a ilha do Fogo apresenta como sendo aquela com maiores montantes restituídos da TSMR. Isto deve-se ao aumento de números de pescadores inscritos na plataforma GRT. A segunda ilha de maior envergadura no que toca às restituições da TSMR é a ilha do Sal dado a existência de dois grandes requerentes, a AGUAS DE PONTA PRETA, LDA (APP) e a CABOTEL - HOTELARIA E TURISMO, LDA. A terceira ilha é a ilha de Santiago, muito devido à presença de diversas empresas de construção civil, principalmente a Tecnovia, Elevation Engenharia, Cimpor e outras empresas (comércios e diversos). Destacam-se ainda as ilhas de São Vicente e Maio que detêm um elevado número de requerentes da TSMR, constituído na sua maioria por padarias e pescadores.

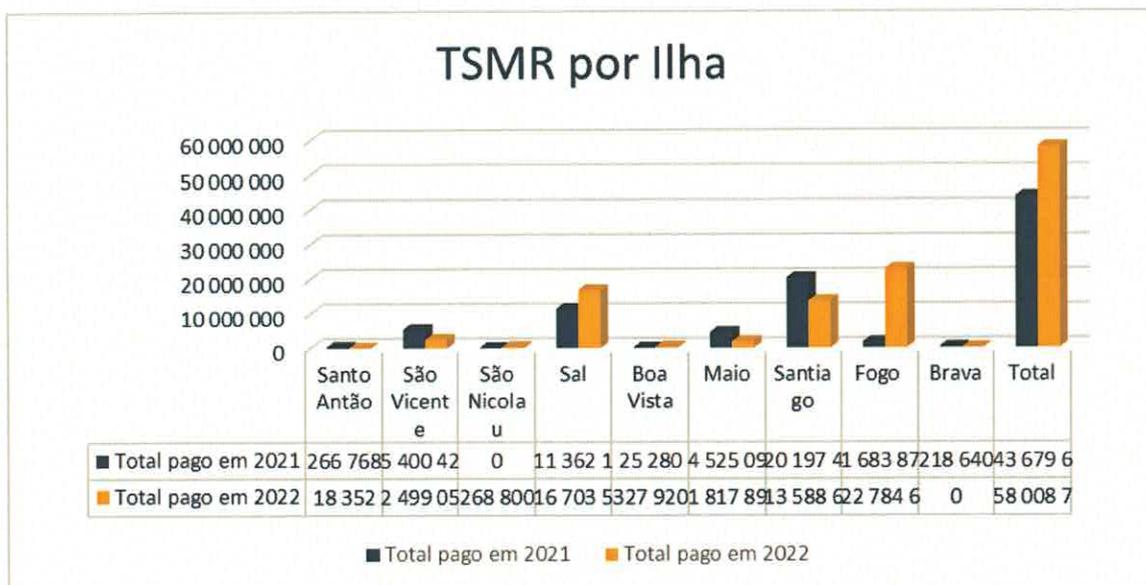


Figura 19 - TSMR por ilha

4.3 OUTRAS DESPESAS RESIDUAIS

Estas despesas são específicas dos esforços empregues nas operações de cobrança e de restituição da TSMR, não incluindo, no entanto, os montantes restituídos aos operadores passivos à circulação rodoviária, cuja análise foi realizada no ponto 5.2.

Ao nível das operações de cobrança estas outras despesas estão previstas no Decreto-Lei nº 16/2008, de 2 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 47/2010, de 1 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro. O Artigo 14º da referida legislação prevê a compensação de custos às empresas fornecedoras de combustível, atualmente VIVO ENERGY e ENACOL, no correspondente a 1,5% do montante da TSMR arrecadado e entregue a ECV. Em 2022 esse montante foi de 6.706.162 CVE, Vivo Energy com o total de 3.817.533 CVE e Enacol 2.888.629 CVE.

E quanto às despesas anuais associadas ao custeio dos serviços de restituição da TSMR, com o desenvolvimento da Plataforma GRT e da mudança do parceiro de *front office* para a Casa do Cidadão, oficializado com o Acordo de Nível de Serviço em 2018, o custo destas operações de serviço de restituição passaram para o montante de 881.496 CVE anuais.

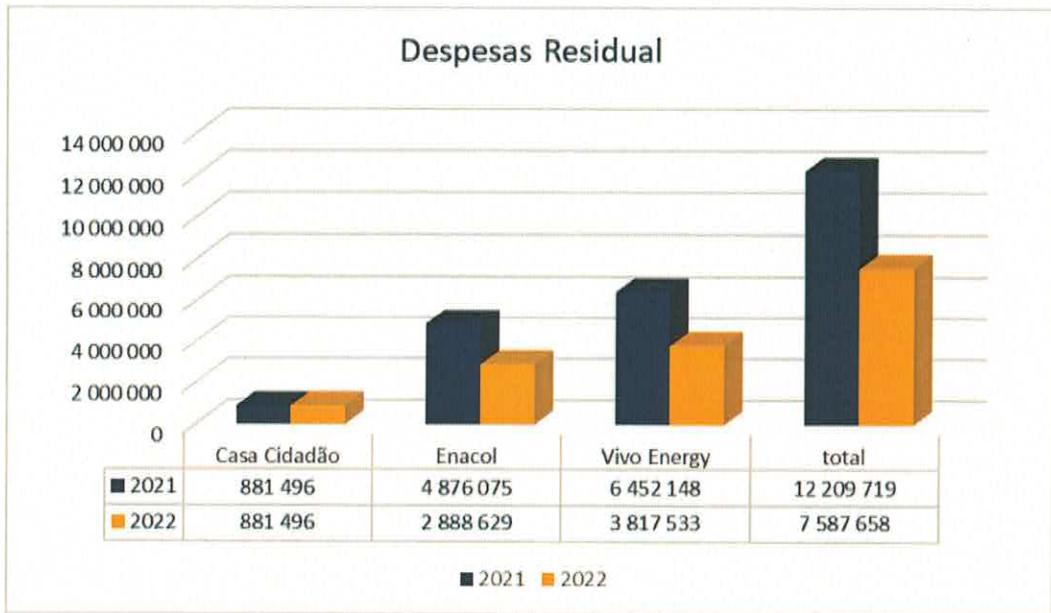


Figura 20 - Despesas Residual

5 ANÁLISE ECONOMICA E FINANCEIRA

5.1 GESTÃO DE RISCOS

A exposição da ECV em relação aos riscos financeiros como riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial, constam do anexo às demonstrações financeiras na Nota 1.8.

5.2.1 RESULTADOS

O Resultado líquido do período no exercício de 2022, teve uma melhoria significativa (mESC 18 696 positivos), quando comparado com o período homólogo (mESC 108 351 negativos). Este efeito positivo nos resultados deve-se, essencialmente, a algumas faturas relativas a obras das infraestruturas rodoviárias que foram inicialmente suportadas pela ECV em exercícios anteriores, quando na realidade, em 2022, vieram a ser financiadas por outras entidades.

5.2.2 VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2022, o volume de negócios (VN) foi de mESC 1 820, resultante principalmente das Vendas de Dossiers e Taxas de ocupação do domínio público e aproveitamento dos bens de utilização. De realçar, no entanto, que embora previsto no Estatuto e no Plano estratégico, a ECV não foi autorizada a arrecadar o valor do imposto sobre Consumo Especial (ICE). A não arrecadação do referido imposto teve um impacto negativo no âmbito da execução das atividades previstas no referido plano estratégico.

5.2.3 GASTOS OPERACIONAIS

Os gastos totalizaram em 2022 o valor mESC 1 544 315, correspondente a uma diminuição de 19% em comparação ao período homólogo (mESC 1 913 617). Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) representam cerca de 94% do total dos gastos operacionais, seguidos dos Outros gastos e perdas e Gastos com o pessoal, correspondendo a cerca de 4% e 2% do total gasto, respetivamente.





Figura 21 - Gastos Operacionais

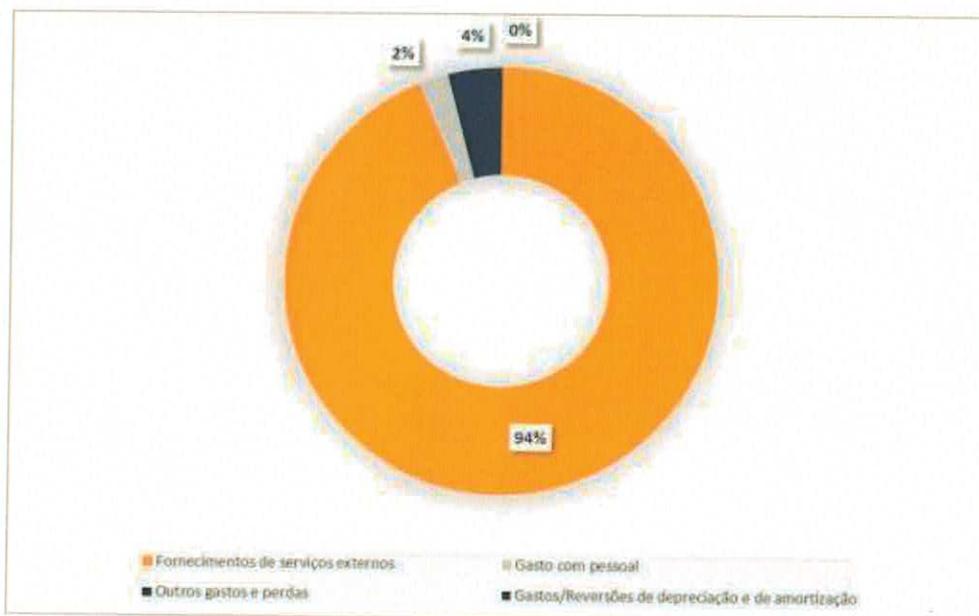


Figura 22 - Gasto operacionais

Os gastos com FSE estão concentrados maioritariamente na rúbrica Subcontratos-Empreitadas, conforme se pode verificar no gráfico abaixo.



Figura 23 - FSE-2021

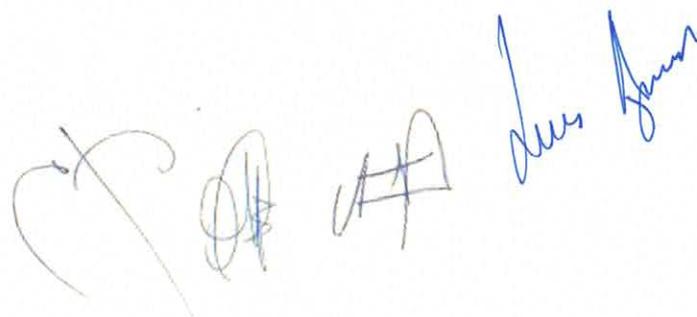
5.2 OUTRAS DIVULGAÇÕES REQUERIDAS

Dando cumprimento ao novo Código das Sociedades Comerciais, a informação complementar sobre os saldos e transações com partes relacionadas e a remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais constam do anexo às demonstrações financeiras nas Notas 15 e 16.

5.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos estatutários, o Conselho de Administração submete à apreciação do Acionista o presente Relatório e Contas relativo a 2022, propondo que seja aprovada a aplicação do Resultado Líquido do Exercício de mESC 18 696 positivos em 5% em reserva legal e Resultados Transitados.

6 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature, a signature with a vertical line through it, and the name 'Luis Garcia'.

ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	31.12.2022	31.12.2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Equipamento de transporte		-	-
Equipamento administrativo	3	6 097	4 707
Outros activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis			
Programas de computador	4	391	426
Accionistas/sócios	8	65 000	65 000
Total do activo não corrente		71 487	70 132
Activo corrente			
Adiantamentos a fornecedores	5	80 870	120 773
Outras contas a receber	6	184 132	744 049
Diferimentos		84	62
Caixa e depósitos bancários	7	70 011	42 948
Total do activo corrente		335 097	907 832
Total do activo		406 584	977 965
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital social	8	65 000	65 000
Outras reservas		314 655	314 655
Resultados transitados		(255 080)	(146 729)
Resultado líquido do período		18 696	(108 351)
Total do capital próprio		143 271	124 575
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores	9	135 743	624 520
Estado e outros entes públicos		2 363	-
Outras contas a pagar	10	125 208	228 870
Total do passivo corrente		263 313	853 390
Total do passivo		263 313	853 390
Total do capital próprio e do passivo		406 584	977 965

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

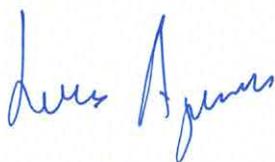
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	2022	2021
Vendas e Prestações de serviços		1 820	2 444
Resultado operacional bruto		1 820	2 444
Fornecimentos e serviços externos	11	(1 446 483)	(1 832 367)
Valor acrescentado bruto		(1 444 663)	(1 829 923)
Gastos com o pessoal	12	(34 113)	(34 922)
Outros rendimentos e ganhos	13	1 563 553	1 802 822
Outros gastos e perdas	14	(62 766)	(45 237)
Resultado antes de depreciações, amortizações, gastos de financiamento e impostos		22 011	(107 260)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	3	(953)	(1 091)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		21 059	(108 351)
Resultado antes de impostos		21 059	(108 351)
Imposto sobre o rendimento do período		2 363	-
Resultado líquido do período		18 696	(108 351)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital				
		Capital Social	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÕES NO INÍCIO DE 2021	1	65 000	314 655	(96 974)	(49 754)	172 956
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período		-	-	-	(108 351)	(108 351)
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	(108 351)	(108 351)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações/Subscrição de capital	3	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	4	-	-	(49 754)	49 754	-
POSIÇÕES NO FIM DE 2021	1+2+3+4	65 000	314 655	(146 729)	(108 351)	124 575
POSIÇÕES NO INÍCIO DE 2022	1	65 000	314 655	(146 729)	(108 351)	124 575
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período		-	-	-	18 696	18 696
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	18 696	18 696
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	3	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES	4	-	-	(108 351)	108 351	-
Aplicação do resultado do ano anterior		-	-	(108 351)	108 351	-
POSIÇÕES NO FIM DE 2021	1+2+3+4	65 000	314 655	(255 080)	18 696	143 271

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

ECV- ESTRADAS DE CABO VERDE, E.P.E.

Sede: Av. Santiago - Palmarejo

NIF: 253198097

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 1 DE JANEIRO E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de Escudos - mESC)

RUBRICAS	Notas	2022	2021
Método Directo			
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u>			
Recebimentos de TSMR		598 943	706 554
Pagamentos a fornecedores		(619 604)	(763 476)
Pagamentos ao pessoal		(23 594)	(23 706)
Caixa gerada pelas operações		(44 255)	(80 629)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/ pagamentos	7	75 006	(8 857)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		30 751	(89 485)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(3 664)	(1 977)
Activos intangíveis		(23)	(69)
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(3 687)	(2 046)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		27 064	(91 532)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		42 948	134 480
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7	70 011	42 948

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



7 ANEXOS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos Cabo-Verdianos - mESC)

INFORMAÇÃO GERAL

A Estradas de Cabo Verde, E.P.E. (doravante designada por ECV ou Empresa) é uma Empresa Pública Empresarial criada pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio, através da transformação do Instituto de Estradas (IE) e extinção do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR). O capital social da Empresa, subscrito, no montante de mESC 65 000, é detido na sua totalidade pelo Estado de Cabo Verde, que exerce os seus direitos como acionista através da Direção Geral do Tesouro.

Assim sendo, a ECV sucede automaticamente o IE e o FAMR, conservando a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais, que integram a sua esfera jurídica no momento da transformação.

A ECV reveste a natureza de empresa pública, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sujeita à tutela e superintendência do membro do Governo responsável pelas infraestruturas e ao exercício e controlo dos direitos do acionista Estado, através do membro do Governo responsável pelas Finanças. Tem como objeto a prestação de serviço público, em moldes empresariais, de planeamento, construção, manutenção, reabilitação, exploração, desenvolvimento e execução da política de infraestruturas rodoviárias definidas no Plano Rodoviário Nacional.

A ECV rege-se pelo Decreto-lei nº 20/2019, de 13 de maio, e pelos seus Estatutos publicados em anexo ao referido diploma e que dele fazem parte integrante, pelo regime jurídico do sector público empresarial e das empresas públicas, consagrado no Decreto-lei nº 104/VIII/2016, de 6 de janeiro, pelo Código das Sociedades Comerciais, pelos regulamentos internos, bem como pelas normas especiais que lhe sejam aplicáveis.



NOTA 0 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 08 de agosto de 2023.

NOTA 1 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

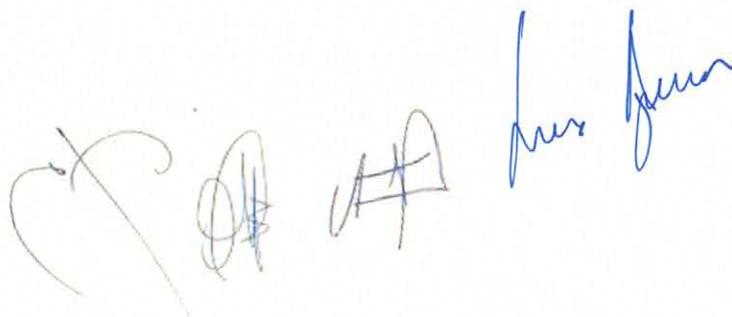
1.1. Ativos fixos tangíveis e depreciações

Os ativos fixos tangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido de despesas de compra e instalação, líquido das respetivas depreciações acumuladas e, caso houver, de perdas por imparidade (ver Notas 1.3 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que melhorem o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente ou aumentem a sua vida útil, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Empresa e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil:



	Anos de vida útil
Equipamento transporte	5 - 8
Outros ativos tangíveis	3 - 5
Equipamento administrativo	3 - 10

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

1.2. Ativos intangíveis e amortizações

Os ativos intangíveis estão valorizados pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas, caso houver (ver Nota 1.3 e 4).

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de utilização, ao longo de três anos.

1.3. Imparidade de ativos

Os ativos sujeitos a depreciação e amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o valor realizável de um ativo, menos os gastos para venda, e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de fluxos de caixa).

1.4. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses.

1.5. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando subscritas.

Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

As prestações acessórias de capital são reconhecidas no Capital próprio, quando não existe prazo de reembolso definido, não estejam sujeitas a juros e cumpram as demais condições de reconhecimento na rubrica de capital próprio.

1.6. Impostos único sobre o rendimento e imposto diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 8 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2019 a 2022 podem vir a ser corrigidos.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável.

A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não Corrente.



1.7. Reconhecimento do rédito

O rédito compreende, essencialmente:

- o valor da Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária (TSMR), cobrada ao abrigo do Decreto-lei nº 7/2014, de 12 de fevereiro, por via das petrolíferas aos utentes das rodovias em Cabo Verde. O proveito associado a esta taxa é registado na rúbrica de outros rendimentos e ganhos no exercício em que a mesma é cobrada pelas petrolíferas (ver Nota 13);
- proveitos provenientes das obras financiadas por terceiros, através de contratos programas. Estes proveitos são registados na rúbrica de outros rendimentos e ganhos (ver Nota 13), à medida que os gastos associados às obras são registados na rúbrica de Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 11).

1.8. Gestão de riscos financeiros

Existe uma exposição muito reduzida a riscos financeiros, sendo:

I. Risco cambial

O risco cambial é reduzido, dado que a Empresa celebra os contratos em moeda nacional ou no valor equivalente com o câmbio à data, privilegiando o Euro como moeda de referência devido à paridade fixa com o Escudo Cabo-verdiano.

II. Risco da taxa de juro

A Empresa não contraiu, até à data do balanço, qualquer financiamento.

III. Risco de crédito

Sendo as obras precedidas da disponibilização de fundos, não se considera existir risco de crédito.

IV. Risco de liquidez

A Empresa apresenta fundo de maneiço negativo à data do balanço na ordem dos mESC 27 000. Contudo, conforme previsto nos seus estatutos, a Empresa, em caso de necessidade, conta com dotações orçamentais para fazer face a despesas de funcionamento e de investimento, a receber do Tesouro, pelo que o risco de liquidez é reduzido.



1.9. Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

1.10. Responsabilidades assumidas para com o pessoal

Em conformidade com o Decreto – Legislativo nº 5/2016, de 16 de junho de 2016, que aprova o Código Laboral Cabo-verdiano, em vigor a partir de junho de 2016, os trabalhadores têm direito a 22 dias úteis de férias remuneradas, anualmente, que se vencem no dia 1 de janeiro de cada ano, representando um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento.

A Empresa reconhece, em cada exercício, as responsabilidades que concernem aos gastos com as férias vencidas e não gozadas, até o final do mesmo exercício. Estas responsabilidades encontram-se apresentadas no balanço na rubrica “Outras contas a pagar”.

Os trabalhadores da Empresa encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social, não assumindo a Empresa qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

1.11. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser exatável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Jesús Aguiar'.

NOTA 2 – FLUXOS DE CAIXAS

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que estejam disponíveis para uso num prazo curto que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também Equivalentes de Caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais as variações de justo valor não sejam significativas.

NOTA 3 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mESC):

	<u>EQUIPAMENTO TRANSPORTE</u>	<u>EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO</u>	<u>OUTROS ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS</u>
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021			
Valor de aquisição	2 620	5 020	21
Depreciação acumulada	(2 620)	(3 291)	(21)
Valor escriturado	-	1 728	-
VARIAÇÕES EM 2021			
Valor líquido inicial	-	1 728	-
Aquisições	-	3 664	-
Depreciação do exercício	-	(685)	-
Valor escriturado	-	4 707	-
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021			
Valor de aquisição	-	8 683	-
Depreciação acumulada	-	(3 977)	-
Valor escriturado	-	4 707	-
VARIAÇÕES EM 2022			
Valor líquido inicial	-	4 707	-
Aquisições	-	2 072	-
Depreciação do exercício	-	(682)	-
Valor escriturado	-	6 097	-
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022			
Valor de aquisição	-	10 755	-
Depreciação acumulada	-	(4 659)	-
Valor escriturado	-	6 097	-



As adições em Equipamentos administrativos compreendem, essencialmente, a aquisição dos seguintes equipamentos: tablets, relógio de ponto biométrico digital, aparelho de ar condicionado e bateria UPS.

Em 2021, compreendiam, essencialmente, a aquisição de equipamentos informáticos, nomeadamente computadores de mesa e portáteis, monitores, impressora, switch, scanner, UPS e servidor.

NOTA 4 – ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nesta rubrica decompõe-se como segue (em mESC):

	<u>PROGRAMAS DE COMPUTADOR</u>
POSIÇÃO A 1 DE DEZEMBRO DE 2021	
Valor de aquisição	1 862
Depreciação acumulada	(1 100)
	<u>762</u>
VARIAÇÕES EM 2021	
Valor líquido inicial	762
Aquisições	69
Depreciação do exercício	(405)
Valor escriturado	<u>426</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Valor de aquisição	1 931
Depreciação acumulada	(1 506)
	<u>426</u>
VARIAÇÕES EM 2022	
Valor líquido inicial	426
Aquisições	236
Depreciação do exercício	(271)
Valor escriturado	<u>391</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022	
Valor de aquisição	2 167
Depreciação acumulada	(1 777)
	<u>391</u>

NOTA 5 – ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Representam adiantamentos concedidos no âmbito de contratos de construção celebrados, deduzidos dos descontos efetuados nas faturas entretanto emitidas (ver Nota 9). Resumem-se como segue:

	mESC	
	2022	2021
Elevation Engenharia S.A. Sucursal de Cabo Verde	36 538	53 124
Armando Cunha Cabo Verde, S.A.	14 761	15 687
Empreitel Figueiredo, S.A.	14 734	26 539
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda.	12 089	11 402
Consórcio Construções - Pró- Santana e Technor, Lda	1 154	1 154
Construção Barreto, S.A.	1 032	3 035
Tecnovia CV, Lda.	143	6 263
Technor, Sociedade Unipessoal, Lda.	102	3 253
Outros	316	316
	80 870	120 773

Os adiantamentos concedidos relacionados com contratos de construção financiados por outras entidades, nomeadamente as Infraestruturas de Cabo Verde (ICV), o Banco Mundial e a Sociedade Desenvolvimento Turística das Ilhas de Boavista e Maio (SDTIBM), responsáveis pelo pagamento aos empreiteiros mas cujas faturas são, entretanto, emitidas em nome da ECV, são registados por contrapartida das rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar (ver Nota 6 e 10).



- **Elevation Engenharia S.A. Sucursal de Cabo Verde**

O saldo compreende (a) mESC 27 823 (ver Nota 10 (iii)), (b) mESC 2 159 (ver Nota 10 (v)) e (c) mESC 6 556, relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do Programa de Requalificação, Reabilitação e Acessibilidades (PRRA), da SDTIBM e da ECV, para reabilitação de estradas, respetivamente.

- **Empreitel Figueiredo, S.A.**

O saldo compreende (a) mESC 14 734 (ver Nota 10 (iii)), relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA.

- **Armando Cunha Cabo Verde, S.A.**

O saldo compreende (a) mESC 12 602 (ver Nota 10 (iii)) e (b) mESC 2 159 (ver Nota 10 (v)), relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA, e da SDTIBM, respetivamente.

- **SCI – Spencer Construções Imobiliária, Lda.**

O saldo compreende (a) mESC 4 662 (ver Nota 10 (iii)), (b) 7 427 mESC, relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA e da ECV para reabilitação de estradas, respetivamente.



NOTA 6 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

O saldo desta rubrica decompõe-se como se segue:

		mESC	
		2022	2021
Devedores gerais			
ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / Outros	(i)	61 844	89 956
Enacol- Empresa Nacional Combustíveis, S.A.	(ii)	23 731	-
Banco Mundial	(iii)	223	42 779
ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA	(iv)	-	395 281
Outros		480	-
		<u>86 279</u>	<u>528 016</u>
Devedores por acréscimos			
ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA	(v)	39 170	139 513
Vivo Energy Cabo Verde, S.A.	(vi)	33 188	37 621
Enacol - Empresa Nacional Combustíveis, S.A.	(vi)	25 495	25 426
Banco Mundial		-	13 472
		<u>97 853</u>	<u>216 033</u>
		<u>184 132</u>	<u>744 049</u>

(i) ICV – Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / Outros

Corresponde à transferência efetuada pela ECV à ICV, no âmbito do Termo de Transferência de Verbas assinado entre as duas partes em 16 de agosto de 2019, destinada ao pagamento das faturas de empreitadas de estradas, dirigidas à ECV. Deste saldo, foram devolvidos pela ICV mESC 28 111 em 2022, devendo o remanescente ser devolvido aquando do desembolso por parte do Estado da segunda tranche do financiamento das referidas empreitadas, no âmbito do PRRA.

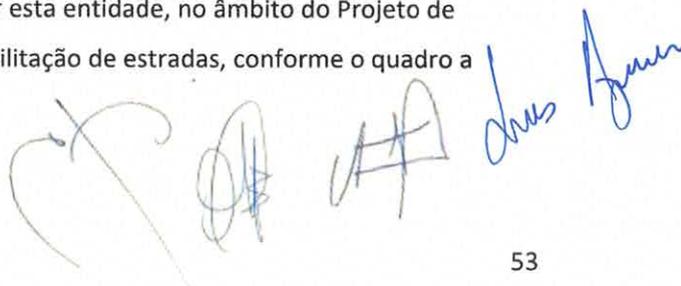
(ii) Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Compreende a Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária referente ao mês de novembro de 2022, paga no mês de janeiro de 2023.

(iii) Banco Mundial

Os projetos financiados pelo Banco Mundial ficaram concluídas durante o exercício de 2022.

Em 2021, o saldo a receber do Banco Mundial compreendia a dívida com os empreiteiros pelas obras realizadas (ver Nota 9), deduzido dos respetivos adiantamentos efetuados (ver Nota 5), relativo aos contratos programa financiados por esta entidade, no âmbito do Projeto de Reforma do Sector dos Transportes, para a reabilitação de estradas, conforme o quadro a seguir:



Empreiteiro	mESC		
	Fornecedores (Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 5)	Saldo
Tecnovia CV, Lda.	16 067	-	16 067
Nortvia CV- Consultores de Engenharia, Lda	14 355	-	14 355
Elevation Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	13 566	3 653	9 913
Técnica, Lda - Consultoria Estudos e Projecto de Engenharia	3 210	-	3 210
Construção Barreto, S.A.	4 171	1 226	2 945
Sistema Engenharia de Cabo Verde	476	-	476
Ripórtico Engenharia - Cabo Verde, Lda.	210	-	210
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	-	-	-
Empreitel Figueiredo, S.A.	-	4 396	(4 396)
	<u>52 054</u>	<u>9 275</u>	<u>42 779</u>

(iv) ICV- Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA (Devedores gerais)

Em 2021, o saldo a receber da ICV compreendia a dívida com os empreiteiros pelas obras realizadas (ver Nota 9 (i) e (ii)), deduzido dos respetivos adiantamentos efetuados (ver Nota 5), relativos aos contratos programa financiados por esta entidade, no âmbito do PRRA, para a construção de estradas, conforme o quadro a seguir:

Empreiteiro	mESC		
	Fornecedores (Nota 9)	Adiantamentos a fornecedores (Nota 5)	Saldo
Tecnovia CV, Lda.	139 219	4 163	135 056
Elevation Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	156 717	44 596	112 120
Empreitel Figueiredo, S.A.	67 148	22 143	45 005
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	64 819	9 056	55 763
Armando Cunha, Cabo Verde S.A	50 792	13 528	37 265
Consórcio Construções Pró- Santana e Tecnhor, Lda	11 439	1 154	10 285
Construção Barreto- S.A.	-	214	(214)
	<u>490 134</u>	<u>94 853</u>	<u>395 281</u>

Em 2022, sendo os adiantamentos superiores aos saldos de fornecedores conta corrente, o saldo da ICV encontra-se apresentado nas Outras contas a pagar (ver Nota 10).

(v) ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. /PRRA (Devedores por acréscimos)

Compreende as faturas de empreiteiros recebidas em 2023, mas referentes aos serviços prestados em 2022, no âmbito do PRRA, registados (a) em Outras contas a pagar – Acréscimos de gastos (ver Nota 10 (i)), por contrapartida de Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 11 (i)) e (b) nesta rúbrica por contrapartida de outros rendimentos e ganhos (ver Nota 13).

(vi) Vivo Energy Cabo Verde, S.A. e Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.

Compreendem as Taxas de Serviço de Manutenção Rodoviária referentes ao mês de dezembro de 2022, entretanto pagas em 2023.

NOTA 7 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIO

Compreende o saldo de depósitos à ordem no banco do Tesouro, no montante de mESC 67 572 (2021: mESC 40 788) e na Caixa Económica de Cabo Verde, no montante de mESC 2 440 (2021: mESC 2 160).

Os outros recebimentos/pagamentos da atividade operacional no valor de mESC 75 006 (2021: valor negativo de mESC 8 857), evidenciados na Demonstração dos fluxos de caixa, relacionam-se, essencialmente, com (a) recebimentos de (i) mESC 34 400 do MIOTH, no âmbito do protocolo destinado à execução da Rede de Adução na Estrada Nacional EN3-ST-14, Nazaré – Praia Baixo, (ii) mESC 28 111 da ICV, no âmbito do Termo de Transferência de Verbas assinado entre as duas partes em 16 de agosto de 2019 (ver Nota 6(i)), (iii) mESC 23 050 da ICV/PRRA, referente ao reembolso das faturas pagas pela ECV por conta do financiador ICV/PRRA, (iv) mESC 6 250 (2021: mESC 6 250) referente ao valor suportado pelo Ministério do Mar na construção da estrada de acesso a zona piscatória de Praia-Cais, concelho dos Mosteiros e (v) mESC 1 070 e mESC 270 (2021: mESC 725 e mESC 1 719) referente às receitas provenientes das vendas de dossiers e cobrança de taxas pela ocupação subsolo, respetivamente e (b) pagamentos (vi) efetuados ao Estado referente ao IRPS e retenções na fonte, no montante de mESC 11 756 (2021: mESC 10 975), (viii) de comissões de 1,5% do montante arrecadado de TSMR efetuados à Vivo Energy Cabo Verde e Enacol, no montante mESC 7 039 (2021: mESC 10 712).



NOTA 8 – CAPITAL PRÓPRIO

Os movimentos registados em 2022 e 2021 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração das Alterações no Capital Próprio.

O capital social da ECV segundo o estatuto ascende a mESC 65 000, integralmente subscrito pelo acionista Estado de Cabo Verde, em 13 de maio de 2019, encontra-se ainda por realizar à data do Balanço.

O saldo da rubrica de outras reservas representa o património líquido (excesso dos ativos sobre os passivos) transferido para ECV na data da sua criação, correspondente aos bens, direitos e obrigações do Fundo Autónomo de Manutenção Rodoviária (FAMR) e do Instituto de Estradas (IE), conforme se evidencia no quadro abaixo (em mESC):

	<u>FAMR</u>	<u>IE</u>	<u>Total</u>
Ativo			
Disponibilidade s	286 823	17 321	304 144
Contas a receber (TSMR de abril e maio)	81 467	-	81 467
Adiantamentos a fornecedores	22 055	-	22 055
Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis (líquidos)	-	3 072	3 072
	<u>390 345</u>	<u>20 393</u>	<u>410 738</u>
Passivo			
Fornecedores	60 376	35 439	95 815
Outros	-	269	269
	<u>60 376</u>	<u>35 708</u>	<u>96 084</u>
Outras Reservas (Ativo menos Passivo)			<u>314 655</u>

De acordo com os estatutos, o resultado líquido anual, quando positivo, é prioritariamente reafectado aos investimentos na modernização e melhoramentos das infraestruturas rodoviárias. O resultado líquido negativo de 2021, no valor de mESC 108 351, foi transferido na totalidade para Resultados transitados.

Os prejuízos fiscais referentes aos exercícios de 2019, 2020 e 2021 ascendem a mESC 96 975, mESC 49 754 e mESC 108 351, respetivamente, e os correspondentes impostos diferidos ativos acumulados a mESC 57 240, os quais não foram registados devido à imprevisibilidade na sua recuperação.



NOTA 9 – FORNECEDORES

O saldo desta rubrica corresponde aos montantes a pagar aos empreiteiros no âmbito da atividade corrente da empresa. Apresenta o seguinte detalhe:

	mESC	
	2022	2021
Tecnovia CV, Lda.	69 026	182 024
Elevation Engenharia S.A. - Sucursal de Cabo Verde	51 285	189 369
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda.	9 682	68 766
Ripórtico Engenharia - Cabo Verde, Lda.	1 221	2 220
Technor, Sociedade Unipessoal, Lda.	-	1 514
Empreitel Figueiredo, S.A.	-	75 877
Armando Cunha Cabo Verde, S.A.	-	50 792
Consórcio Construções - Pró-Santana e Technor, Lda	-	23 005
Nortia CV- Consultores de Engenharia, Lda	-	14 355
Construção Barreto, S.A.	-	8 819
Sistema Engenharia de Cabo Verde	-	476
Outros	4 529	7 304
	<u>135 743</u>	<u>624 520</u>

- **Tecnovia CV, Lda.**

O saldo compreende faturas em dívida (a) de reabilitação de estradas nos montantes de (i) mESC 10 863 (2021: mESC 139 219), relacionados com financiamentos da ICV, no âmbito do PRRA (ver Nota 10 (iii)) e (b) de manutenção de estradas, no montante de mESC 58 163 (2021: mESC 26 738), a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR.

- **Elevation Engenharia S.A. – Sucursal de Cabo Verde**

O saldo compreende, essencialmente, faturas em dívida (a) de reabilitação de estradas no montante de mESC 15 476 (2021: mESC 156 717), relacionadas com financiamentos da ICV, no âmbito do Programa PRRA (ver Nota 10 (iii)) e (b) de manutenção de estradas, no montante de mESC 35 795 (2021: mESC 19 086), a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR.

- **SCI – Spencer Construções Imobiliária, Lda.**

O saldo compreende faturas em dívida (i) de reabilitação de estradas, no montante de mESC 8 936 (2021: mESC 64 819), a serem liquidadas pela ICV, no âmbito do PRRA (ver Nota (iii)) e (ii) de manutenção de estradas, no montante de mESC 746 (2021: mESC 3 947), a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR.



NOTA 10 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 esta rubrica tinha a seguinte composição:

		mESC	
		2022	2021
Credores por acréscimos de gastos	(i)	51 751	155 420
Estado de Cabo Verde	(ii)	30 000	30 000
ICV - Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA	(iii)	25 914	-
Ministério das Infraestruturas	(iv)	-	19 996
Credores Pedidos de Restituição de TSMR		8 714	5 967
SDTIBM	(v)	4 319	4 319
Acréscimos por férias e subsídio férias e encargos		3 171	3 737
Fundo Autónomo de Pesca - MEM		-	6 250
Outros		1 339	3 182
		<u>125 208</u>	<u>228 870</u>

(i) Credores por acréscimos de gastos

Correspondem às faturas recebidas em 2023 referentes (a) às obras de empreitadas executadas em 2022, no âmbito do PRRA, no montante de mESC 39 170 (2021: mESC 139 513) (ver Nota 6 (iii)), registados por contrapartida de “Fornecimentos e serviços externos” (ver Nota 11 (i)) e em “Outras contas a receber – Devedores por acréscimos” por contrapartida de “Outros rendimentos e ganhos” (ver Notas 6 e 13) e (b) às obras de manutenção de estradas executadas em 2022, a serem liquidadas pela ECV com recurso à TSMR, no valor de mESC 11 715 (2021: mESC 1 527). O saldo inclui ainda o montante de mESC 867 resultante do acréscimo de comissão TSMR relativa ao mês de dezembro das petrolíferas Enacol e Vivo Energy Cabo Verde.

(ii) Estado de Cabo Verde

Compreende o valor a ser devolvido ao Estado de Cabo Verde pela liquidação de uma fatura do fornecedor Armando Cunha por conta da ECV, com recurso a encontro de contas com dívidas fiscais do referido fornecedor (ver Nota 9).

(iii) ICV- Infraestruturas de Cabo Verde, S.A. / PRRA

O saldo a pagar a ICV resulta dos adiantamentos totais efetuados aos fornecedores (ver Nota 5), deduzidos das dívidas para com os empreiteiros pelas obras realizadas (ver Nota 9), relativos aos contratos programa financiados por esta entidade, no âmbito do PRRA, para a construção de estradas, conforme o quadro a seguir:



Empreiteiro	mESC		Saldo
	Fornecedores (Nota 9)	Adiamentos a fornecedores (Nota 5)	
Tecnovia CV, Lda.	10 863	-	10 863
Elevation Engenharia S.A - Sucursal de Cabo Verde	15 476	27 823	(12 347)
Empreitel Figueiredo, S.A.	-	14 734	(14 734)
SCI - Spencer Construções Imobiliária, Lda	8 936	4 662	4 274
Armando Cunha, Cabo Verde S.A	-	12 602	(12 602)
Consórcio Construções - Pró-Santana e Tecnhor, Lda	-	1 154	(1 154)
Construção Barreto, S.A.	-	214	(214)
	35 275	61 189	(25 914)

(iv) Ministério das Infraestruturas

Em 2021, compreendia o valor recebido no âmbito do protocolo celebrado com o Ministério das Infraestruturas (MIOTH), destinado à reconstrução de vias enquadradas no “Plano de Ação Emergencial – Cheias 2020”. O respetivo saldo foi regularizado em 2022, por contrapartida de Outros rendimentos e ganhos, tendo em conta que se chegou a conclusão que as referidas obras foram totalmente realizadas no exercício de 2021 (ver Nota 13).

(v) SDTIBM

Corresponde aos adiantamentos efetuados aos empreiteiros Elevation Engenharia e Armando Cunha, no montante de mESC 2 159 cada, no âmbito dos contratos programa financiados pela SDTIBM para a realização de obras de empreitada para construção da estrada Via Estruturante e estrada de ligação à Povoação Velha na ilha da Boavista.

NOTA 11 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos decompõe-se como se segue (em mESC):

		mESC	
		2022	2021
Subcontratos - empreitadas	(i)	1 418 207	1 806 357
Comissões	(ii)	9 301	9 916
Trabalhos especializados		5 713	3 504
Deslocações e estadas		3 188	2 680
Outros Fornecimentos e Serviços		10 074	9 911
		1 446 483	1 832 367

(i) Os subcontratos das empreitadas correspondem aos encargos relacionados com os serviços de preservação da rede rodoviária do País.

A tabela seguinte apresenta os gastos com os serviços de manutenção e reabilitação por origem de financiamento e a respetiva empreitada/serviço:

	mESC	
	2022	2021
Taxa de Serviço de Manutenção Rodoviária		
Manutenção e Conservação de Estradas Municipais	45 495	64 643
Remador - Palha Carga	75 919	116 163
Remador - Santo Antão	66 194	110 878
Remador - Cidade Velha - Santa Ana	39 469	60 287
Remador - Fogo	32 434	28 747
Remador - Pedra Badejo	38 434	16 307
Semac - EN Santiago	49 352	21 343
Semac - Boavista	13 122	18 186
Semac - EN São Vicente	15 405	17 581
Semac - São Nicolau	33 431	17 469
Semac - Brava	3 124	16 463
Semac - Sal	10 816	14 909
Semac - EN Maio	4 097	8 435
Outros	121 700	158 084
	548 990	669 495
Banco Mundial		
Reabilitação da estrada ER-ST-09 - Pedra Badejo - Bretelle EN1 - ST-02 - Ribeira dos Picos	81 521	116 001
Reabilitação da estrada ER-ST-08 - Bretelle EN3 - ST-22 - Palha Carga/Entre Picos de Reda	18 271	103 338
Reabilitação da estrada EN3-BR-Route-02-Espradilha - Remador - Ilha Brava	35 674	62 284
Reabilitação da estrada EN3-ST-19 - Bretelle EN1 - ST-01- Chão de Formoso/ Gil Bispo	99 871	49 515
Reabilitação da estrada EN3-ST-06 - Cidade Velha - Bretelle EN3 - ST-05- Santa Ana	28 383	38 676
Trabalhos de urgência na estrada EN1-ST-01 - Praia - Tarrafal - Ilha de Santiago	-	32 444
Reabilitação da estrada EN3-SA-10 Chã de Escudela -Tarrafal de Monte Trigo	-	4 271
Outros	22 846	102 195
	286 565	508 721
MIOTH		
Trabalhos Complementares - Rede de Adução de Água - Estrada EN3-ST-14 Nazaré-Praia Baixo	34 400	-
	34 400	-
Infraestruturas de Cabo Verde/PRRA		
Reabilitação da estrada municipal - EM-SLO- Entrocamento EM-SLO-09-Cutelo-Fundura	80 436	118 083
Reabilitação da estrada nacional - ER-SA-08-Esponjeiro-Lagos	38 343	80 103
Reabilitação da estrada municipal - EM-T-01 Entrocamento EN3-ST-28 Achada Igreja/Fazenda, Sant	87 313	73 614
Reabilitação da estrada nacional EN3-ST-14, Nazaré- Praia Baixo, Ilha de Santiago	52 001	66 267
Reabilitação das estradas Tomba Touro/Charco/Achada Leite/R.Barca-Auto	-	52 970
Reabilitação da estrada nacional - ER-SA-02-Ribeira da Cruz- Chã de Beaquinho- Ilha de Santo Ant	81 438	46 033
Construção da estrada nacional - ER-SA-06 - Entrocamento ER-SA-03-Figueiral -Ilha de Santo Ant	20 078	49 862
Asfáltagem das vias de São Filipe - Ilha do Fogo	-	38 362
Reabilitação da estrada - Ribeira da Praia-Fragata - Ilha de São Nicolau	6 404	38 271
Asfáltagem do troço de estrada nacional EN1-ST-01 - Chão Bom até Mangoe	-	7 362
Reabilitação da estrada Campanas de Cima/Picorno	16 560	12 443
Construção da estrada municipal - EM-PN-09, Ribeira da Cruz -Martinae, Santo Antão	17 567	17 950
Reabilitação da estrada EN3-SA-06 - Chã de Igreja Cruzinha	38 554	-
Reabilitação do troço de estrada Cidade Velha- Santa Marta	-	-
Construção da estrada Via Estruturante e Estrada de ligação à Povoação Velha	-	-
Construção da Via de Acesso à ZDII do Alto Mira- Tarrafal- Ilha de Santiago	69 927	-
Asfáltagem das Vias São Filipe - Ilha do Fogo	21 062	-
Outros	18 569	26 820
	548 252	628 141
	1 418 207	1 806 357

[Handwritten signatures and initials]

(ii) Referem-se às comissões de cobrança de TSMR pelas petrolíferas Vivo Energy Cabo Verde e Enacol.

NOTA 12 – GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	mESC	
	2022	2021
Ordenados e salários	19 454	21 071
Remunerações dos órgãos sociais	7 912	6 358
Encargos sobre remunerações	4 648	4 762
Acréscimo de Férias	2 005	2 344
Indemnizações	-	332
Seg. de acidentes no trab. e doenças profissionais	53	55
Formação Profissional	40	-
	34 113	34 922
Número médio de colaboradores	19	21

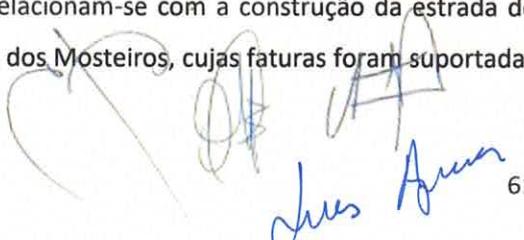
NOTA 13 – OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

O saldo decompõe-se como segue:

	mESC	
	2022	2021
Obras financiadas pela ICV (ver Nota 11 (i))	548 252	628 141
Obras financiadas pelo Banco Mundial (ver Nota 11 (i))	286 565	508 721
Obras financiadas pela MIOTH (ver Nota 11 (j))	34 400	-
Obras financiadas pela ICV - Outros	40 622	-
MIOTH - "Plano de ação emergencial - Cheias 2020" (ver Nota 10 (iv))	19 996	-
Obras financiadas pelo Ministério do Mar	12 500	-
	942 336	1 136 862
Arrecadações da TSMR pelas petrolíferas	620 065	661 069
Outros	1 153	4 891
	1 563 553	1 802 822

As Obras financiadas pela ICV – Outros, compreendem mESC 34 616 e mESC 6 006 relativos a construção da Estrada Rural ER-SN-01, Ribeira Prata-Fragata, São Nicolau e a reabilitação da Estrada Campanas de Cima/Piorno, respetivamente, consideradas em 2021 como sendo suportadas pela ECV, quando na realidade vieram a ser financiadas, em 2022, pela ICV/PRRA.

As Obras financiadas pelo Ministério do Mar relacionam-se com a construção da estrada de acesso a zona piscatória de Praia-Cais, concelho dos Mosteiros, cujas faturas foram suportadas


 José Amador 61

pela ECV em exercícios anteriores, quando na realidade vieram a ser financiadas pelo Ministério do Mar.

NOTA 14 -OUTROS GASTOS E PERDAS

Compreendem, essencialmente, mESC 60 756 (2021: mESC 45 191) referentes a TSMR restituídas aos consumidores isentos (pescadores, indústrias, etc) e relativos ao próprio exercício.

NOTA 15 – PARTES RELACIONADAS

A Empresa é 100% detida pelo Estado de Cabo Verde.

Os principais saldos à data do balanço e transações ocorridas em 2022 e 2021 entre a Empresa e partes relacionadas sumarizam-se como segue (em mESC):

	2022			
	Balanço		Transações	
	Outras contas e receber (Nota 6)	Outras contas a pagar (Nota 10)	Fornecimento e serviços externos (Nota 11)	Outros rendimentos e ganhos
Infraestruturas de Cabo Verde, S.A	61 844	-	548 252	588 874
Estado de Cabo Verde	-	30 000	-	-
Ministério das Infraestruturas	-	-	-	54 396
Ministério do Mar	-	-	-	12 500
SDTIBM	-	4 319	-	-
	61 844	34 319	548 252	655 770
	2021			
	Balanço		Transações	
	Outras contas e receber (Nota 6)	Outras contas a pagar (Nota 10)	Fornecimento e serviços externos (Nota 11)	Outros rendimentos e ganhos
Infraestruturas de Cabo Verde, S.A	89 956	-	628 141	628 141
Estado de Cabo Verde	-	30 000	-	-
Ministério das Infraestruturas	-	19 996	-	-
Ministério do Mar	-	6 250	-	-
SDTIBM	-	4 319	-	-
	89 956	60 565	628 141	628 141

NOTA 16 – DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais decompõem-se como se segue:

	mESC	
	2022	2021
Conselho de Administração	7 552	5 998
Fiscal Único	360	360
	<u>7 912</u>	<u>6 358</u>

Os honorários dos auditores ascenderam em 2022 a mESC 1 300. Em 2021, foram assumidos pelo Projeto de Reforma do Setor dos Transportes.

NOTA 17 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data do balanço até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações financeiras apresentadas ou que mereça menção no Anexo.



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a signature that reads "João Ferra".



ECV

ESTRADAS DE CABO VERDE